



# Anais da Assembléia

N.º 60

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE MAIO DE 1977

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

### ATA DA 88.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 1977

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Domício Scaramella (44); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Gabriel Sampaio, Ivan Rüppel, Otássio Pereira, José Domingos Scarpelini, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Lineu Turra (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 09/77, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública, a Vila das Crianças João XXIII, com sede na cidade de Joaquim Távora. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 25, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 09/77.

Levanta-se a sessão.

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

### ATA DA 89.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 1977

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Wilson Fortes e Werner Wanderer (44); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Ivan Rüppel, José Domingos Scarpelini, Gabriel Sampaio, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Otássio Pereira, Lineu Turra (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. MANOEL LOURENÇO DE SOUZA (conhecido como "MANOEL LAGOANO"), ocorrido no dia 11 do corrente, em Assis Chateaubriand.

O seu falecimento repercutiu intensamente, pois quem teve a oportunidade de conhecê-lo, sabia o quanto era merecedor de apreço e admiração, face às virtudes que ornavam sua personalidade.

Como chefe de família foi um exemplo.

Como pioneiro de Assis Chateaubriand, dedicou sua vida trabalhando em prol do engrandecimento de sua terra e de sua gente.

Outrossim, requer ainda, que se dê ciência da decisão da Casa por inteiro teor do presente à família enlutada, na pessoa de seu filho, Sr. ANTÔNIO VIEIRA DE SOUZA.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1977.

(a) Edilson Alencar.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, consigne na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Faris Antônio S. Michaele, ocorrido em Ponta Grossa, em data de 21 do corrente mês.

Seu passamento repercutiu intensamente, naquela cidade e em nosso Estado onde o Professor Faris exercia com brilhantismo o magistério e também o jornalismo.

Portador de elevada inteligência, membro de nossas principais associações culturais, seu falecimento causou grande consternação em nossa comunidade.

Requer, igualmente, que desta homenagem se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1977.

(a) David Federmann.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento da jovem MARIA APARECIDA R. DOURADO, desaparecida tragicamente em acidente, no último dia 11 do corrente.

A mesma era filha do casal DÁURIA/OTONIEL DOURADO, conceituados comerciantes em Assis Chateaubriand, proprietários da Cerealista Gaúcho.

Requer, igualmente, que seja comunicada à família enlutada, esta homenagem que ora tributamos.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1977.

(a) EDILSON ALENCAR

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserto na ata desta sessão, voto de louvor à Direção da TV PARANÁ, Canal 6, pela acertada decisão de programar somente filmes que não contenham cenas violentas, conforme telex enviado ao Ministro das Comunicações, Euclides Quant de Oliveira.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

### JUSTIFICATIVA:

A freqüente exibição de filmes e espetáculos repletos de cenas violentas, segundo eminentes estudiosos, tem sido uma das causas de sérias anomalias comportamentais em certos indivíduos.

Por isso, conforme noticiários recentemente veiculados em órgãos da imprensa, diversos seriados estadunidenses com as mencionadas características e que estão sendo visto por milhões de telespectadores brasileiros, foram vetados para apresentação pelas emissoras de televisão daquele país, por serem julgados prejudiciais à sociedade.

Ao tempo em que o Ministro das Comunicações do Brasil também manifesta a sua preocupação a respeito, a Direção da TV Paraná, Canal 6, toma a oportuna decisão apontada no requerimento supra.

Certamente elevado número de pais e educadores aplaudem-na assim como, creio, os Legisladores com assento nesta Casa.

Por estas razões formulamos a presente proposição, que esperamos seja aprovada pelos nobres Pares.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos desta Assembléia, um voto de congratulações pelo transcurso do aniversário da fundação da cidade de Santo Antônio da Platina e apresentar efusivos cumprimentos às autoridades locais, pela efêmera data de hoje, 24 de maio de 1977.

Requer, outrossim, que da decisão deste Poder Legislativo, dê-se conhecimento aos representantes daquele município, através daquela municipalidade.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1977.

(a) AGUINALDO PEREIRA LIMA

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja enviado à TELEPAR, requerimento em que se pleiteia a instalação de um Posto Telefônico no Distrito de Ibema, município de Catanduvas, tendo em vista as grandes necessidades daquela comunidade.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1977.

(a) NILSO SQUAREZI

O progressista distrito de Ibema, no município de Catanduvas, que conta com população superior a cinco mil habitantes e colégio eleitoral de mil e duzentos eleitores, ainda não dispõe de ligação telefônica com o restante do Estado. O potencial econômico e as perspectivas de rápido crescimento, justificam plenamente a pretensão daquela comunidade, mesmo porque a sua localização às margens da rodovia federal BR-277, reforça a necessidade da ligação telefônica, até por motivos de Segurança Nacional, tendo em vista o fluxo de tráfego internacional que transita por aquela rodovia.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja enviado à E.B.C.T. — Empresa Brasileiro de Correio e Telégrafo; requerimento em que se pleiteie a instalação de um Posto de Correio no distrito de Ibema, município de Catanduvas, tendo em vista a grande necessidade daquela comunidade.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1977.

(a) NILSO SQUAREZI

### JUSTIFICATIVA:

O progressista distrito de Ibema, no município de Catanduvas, que conta com a população superior a cinco mil habitantes e colégio eleitoral de mil e duzentos eleitores, ainda não dispõe de um Posto de Correio, como o restante do Estado. O potencial econômico e as perspectivas de rápido crescimento, justificam plenamente a pretensão daquela comunidade, mesmo porque a sua localização às margens da rodovia federal BR-277, reforça a necessidade de um Posto de Correio.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A localidade de Rio Pequeno, no município de Antonina, integrada por uma comunidade obreira e operosa, responsável por razoável parcela da vida daquele município, desenvolveu-se, ao longo do tempo, a ponto de apresentar, hoje, um crescimento considerável, consolidando um estágio que está a reclamar a atenção das autoridades responsáveis por algumas áreas de serviços e obras.

Trata-se, a mencionada localidade, de núcleo constituído em grande parte, por propriedades rurais, responsáveis por atividades agro-pastoris, sediando, ainda, um polo residencial, no qual se encontra atuante um comércio compatibilizado com a realidade local.

Dentre tantas pretensões justas, duas aspirações se firmam como reivindicação que estão a merecer a consideração dos que tem ação sobre tais questões: uma, é a extensão da rede de energia elétrica à localidade, já com número de residências e propriedades capaz de viabilizar a concretização do pedido; outra, a implantação de escola no local, para o ensino de primeiro grau, atendendo um contingente ponderável de crianças e adolescentes, em idade escolar.

Sendo assim, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer na forma regimental, seja encaminhado expediente, com as solicitações expostas, respectivamente, ao

Exmo. Sr. Secretário de Educação e da Cultura, e ao Ilmo. Sr. Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Sala das Sessões, em 24 de maio de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Fato estranhável e sem justificativa plausível vem ocorrendo em área de responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, na rodovia BR-277, trecho Curitiba-litoral.

Indubitavelmente, trata-se essa estrada, de uma das mais importantes do Estado e de vital interesse para a vida do Paraná, posto que, além de estabelecer a ligação dos municípios litorâneos com a Capital, responde pelo escoamento da produção que se destina ao Porto de Paranaguá.

Desnecessário dizer-se do revelo dessa ligação viária, em todos os setores de atividade de nosso Estado, em decorrência do que se verifica ali um intenso tráfego, um dos mais altos índices de uso da rodovia.

Diante de tal configuração, certo seria que todas as medidas fossem adotadas no sentido de preservar-se a estrada mantendo-se-lhe um bom estado de conservação e de segurança.

Todavia, para não abordar agora outros fatores, uma das medidas necessárias e básicas, não vem sendo adotada — pelo menos com regularidade — no que respeita aos cuidados que deveriam ser exercidos.

Todavia é dimensionada tecnicamente para suportar uma determinada tonelagem, razão porque são elas dotadas de respectivas balanças e fiscalização.

A não observância do limite permissível de carga, acarreta, necessariamente, conseqüências danosas, entre as quais avultam o desgaste do pavimento, de alto custo, profundamente oneroso aos cofres públicos, e, inevitavelmente, uma diminuição da margem de segurança de tráfego, tanto pelas imperfeições da pavimentação, quanto pelo desrespeito aos níveis normais de peso, de velocidade, de frenagem, que acabam impossíveis de fiscalização.

Ocorre que, tal exposição se verifica em razão de que o DNER, mesmo mantendo uma balança para aferir tonelagem dos veículos de carga que trafegam nessa rodovia, e ao seu lado um contingente humano capaz de exercer a imprescindível fiscalização, não vem fazendo uso desse instrumental com regularidade, tão só a utilizando esporadicamente, e com isso tornando ineficiente o serviço que devia prestar, deixando sem qualquer sentido prático a norma que caberia cumprir.

O Paraná se ressen-te disso, não só pelas razões apresentadas, mas também porque os proprietários e motoristas de veículos de carga residentes em nosso Estado — que formam um ponderável contingente humano, responsável por considerável parcela desse transporte — se vêem marginalizados e inferiorizados, uma vez que, respeitando os níveis de tonelagem máxima, exigidos e fiscalizados em outras rodovias internas que usam costumeiramente, deixam de usufruir da possibilidade de conquistar clientes, os quais se mostram mais interessados na rapidez do transporte e no barateamento do frete, em razão da quantidade desproporcional por outros transportada.

Dessa forma, se verifica que o profissional do transporte que aqui contribui, é preterido; as condições de segurança são relegadas; e, o dinheiro público é desviado de outras obras para fazer frente a reparos constantes do leito da rodovia.

Sendo assim, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer na forma regimental, seja encaminhado expediente, por inteiro teor deste requerimento, às Direções Nacional e Regional do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, solicitando que determinem, com urgência, o uso permanente da balança localizada na BR-277, assim como, a efetiva fiscalização da observância do transporte de carga no

que respeita a tonelagem máxima permitida.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, expediente solicitando as seguintes informações:

1 — O que se entende por zona rural para efeito de delimitação de jurisdição das Cooperativas de Eletrificação Rural? Como se enquadram os povoados e vilas?

2 — Nas áreas sob jurisdição das Cooperativas a COPEL admite ligações através "condomínios", independentes das mesmas?

3 — Idem ligações solicitadas pelas Prefeituras?

4 — A COPEL reserva para si o direito do fornecimento direto aos considerados grandes consumidores da zona rural, incluídos nestes, indústrias de consumo razoável?

5 — Nestes casos a COPEL cobra para posterior reembolso da cooperativa sob cuja jurisdição tais consumidores se encontrem, as taxas destinadas à sua administração?

6 — Quais as taxas e tarifas, atualmente cobradas, nos seguintes casos:

- a) — do associado de Cooperativa de Eletrificação Rural;
- b) — do usuário ligado em condomínio;
- c) — do consumidor industrial;
- d) — do consumidor domiciliar.

Aproveitamos a oportunidade para solicitar da Direção da COPEL, o envio, dentro das possibilidades, dos planos existentes para o setor de eletrificação rural.

Sendo o que se me apresenta, subscrevo-me.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1977.

(a) DENI SCHWARTZ

### JUSTIFICATIVA:

1 — Indiscutivelmente a eletrificação rural se apresenta como uma das grandes metas a ser atingida nos dias atuais, principalmente, em nosso Estado;

2 — Tem havido divergência de opinião sobre a melhor maneira de se atingir tal meta;

3 — É necessário que o legislador se inteire perfeitamente do problema.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Instituto de Previdência do Estado, solicitando que sejam credenciados médicos e hospital em Toledo, para o atendimento dos servidores estaduais ali lotados.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1977.

(a) ERNESTO DAL'OGGIO

### JUSTIFICATIVA:

Os funcionários estaduais lotados em Toledo estão sendo obrigados a se deslocar até Cascavel para diagnóstico e tratamento de seus casos. Eis que o Posto de Saúde local, tão-somente, se faculta dizer se esses funcionários estão ou não aptos ao trabalho, dentro de um programa de atendimento geral da população que é insuficiente para os que necessitam medicação.

Na verdade, esses funcionários não têm essas condições senão viajando constantemente para Cascavel, à procura de consultas, tratamento e remédios.

Toledo, é um dos principais municípios do Estado em arrecadação do ICM e tem vida econômica e urbana que justificam a instalação de serviços próprios do IPE, mediante convênio.

Assim, é de meridiana necessidade e justiça que esse benefício seja ali criado.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança do MDB, pelo Deputado abaixo assinado, vem apresentar a relação dos membros da Bancada para comporem a Comissão Especial que analisará as proposições de Emendas à Constituição que tramitam na Casa.

MEMBROS TITULARES:

DENI SCHWARTZ

MUGGIATI FILHO

MEMBROS SUPLENTE:

OSVALDO MACEDO

ENÉAS FARIA.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1977.

(a) NILSO SGUAREZI

## PROJETO DE LEI:

### PROJETO DE LEI NÚMERO 57/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O artigo 4º da Lei número 54, de 22 de novembro de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação: "Por falecimento da beneficiária ou mudança de estado civil, reverterá a pensão em favor dos filhos menores do casal, dos incapazes menores do casal, dos incapazes, das filhas solteiras sem rendimento próprio, enquanto permanecerem neste estado, ou, na falta destes, à companheira, provada esta condição nos termos da Legislação Federal pertinente".

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

## JUSTIFICATIVA:

A Legislação Federal, na parte previdenciária, contempla a companheira do contribuinte falecido na pensão, quando falta, respectivamente, a esposa, filhos menores, incapazes e filhas solteiras sem rendimento próprio. O presente projeto visa modificar a lei estadual que institui a pensão à viúva de ex-deputado, com fim de aprimorá-la, em conformidade com a legislação federal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Os jornais da última semana registram que o Presidente Ernesto Geisel, falando a um grupo parlamentar, declarou que as medidas de combate à inflação serão executadas de formas cautelosas, para evitar se cáia no outro lado do problema — a recessão e o desemprego — que no caso brasileiro lhe parece tão ruim ou mesmo pior que a própria inflação.

O Presidente reconheceu os riscos de uma recessão econômica, porque o Brasil tem que integrar anualmente ao seu mercado de trabalho, um contingente que equivale à população do Uruguai, cerca de 2 milhões de pessoas.

A recessão teria, pois, um alto custo social, que ao Governo cumpre evitar, segundo aquelas declarações do Chefe do Governo. Sua Excelência assinalou que todas as medidas de combate à inflação terão que ser cautelosamente pesadas para impedir que, na fuga a um mal, se cáia noutro pior.

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

Tem razão o Presidente Geisel, quando se manifesta com esta cautela. O esforço brasileiro não pode ser contra a inflação — porque este é um esforço de caráter negativo. Mas deve ser positivo, a favor, do desenvolvimento.

Com efeito, o grande projeto nacional é a busca do desen-

volvimento com paz social.

Quer dizer, a estabilidade de preços, mas com o crescimento continuado da produção que garante mais oportunidade para todos. O Brasil ainda é um país pobre — com uma renda pessoal que só agora chegou à casa dos mil cruzeiros mensais — não podendo adotar políticas que casam bem com a situação dos países ricos do hemisfério norte.

"Para nós é preciso buscar soluções que permitam o controle da inflação com a continuidade do crescimento, sob pena de um risco maior que a inflação, como reconheceu o Presidente da República.

Que esta orientação superior do Presidente Geisel seja rapidamente cumprida pelos escalões inferiores, que formulam a política econômica nacional, a de que o Brasil não pode ser contido em programas de desaquecimento, desaceleração etc., sob pena de uma estagnação perigosa.

Lutemos contra a inflação, lutando pelo desenvolvimento, abrindo a bandeira do nosso grande projeto nacional: o desenvolvimento com paz social. Esta bandeira será capaz de mobilizar o povo brasileiro, que confia no Governo e acredita no Brasil!"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "No dia 13 deste mês passado Toledo amanheceu com as ruas lavadas, meio fio pintado, faixas nas principais artérias, estudantes com roupas bonitas em forma, os jornais locais estampavam as boas vindas; as entidades comerciais, industriais e agrícolas de Toledo saudando a S. Exa. o Sr. Ministro da Agricultura e S. Exa. o Sr. Governador do Estado.

Uma dessas saudações entretanto nos despertou a atenção por ser a receptora dos reflexos de todas as emoções quer de contentamento quer de descontentamento dos agricultores do meu município, que é a Cooperativa Oeste Limitada.

Gostaria, para que constasse dos Anais da Casa, de ler a saudação da Cooperativa que representa a expressão do trabalhador rural do meu município: "Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Toledo recebe V. Exa. e ilustre comitiva, com enorme entusiasmo. A Cooperativa Oeste Limitada está presente na luta cooperativista, numa região campeã em produção".

A seguir, vem o entreposto dessa cooperativa, a Diretoria, os Diretores efetivos, os Diretores Suplentes, o Conselho Fiscal e em seguida vem um destaque que diz o seguinte:

"MOMENTO DE AGRADECER E DE REIVINDICAR".

Em seguida, levanta aspectos importantes da agricultura do meu município e da região, apresentando vários artigos. O primeiro é o seguinte:

"1 — O recente confisco da soja, representa para todos, perplexidade e motivo de incertezas. Nosso agricultor vem de criticar frustrações com o trigo, e mesmo a soja este ano sofreu problemas climáticos que ocasionaram produtividade aquém da esperada. Tudo isso seria facilmente absorvido, não fosse o confisco que se apresenta como inquietante diminuição da confiança e apoio do sojicultor, esperançoso que estava em viver mais independentemente de débitos bancários e particulares, estes causadores de constantes insônias;

2 — A política dos fertilizantes, indefinida de tempos para cá, representa outra distorção que dificulta maior ânimo de nosso lavoureiro;

3 — O corte brusco aos subsídios traduz outro desestímulo que precisa ser vencido;

4 — O aumento dos juros sobre financiamentos rurais igualmente sacrifica sobremaneira o produtor, causando-lhe diminuição da capacidade de multiplicação de riquezas;

5 — Com a renda bruta, o "quantum" tributável foi

aumentado de 5 para 25 por cento, o que influencia no rendimento final, com a somatória da contribuição do FUNRURAL e agora a elevação tributária;

6 — O PROAGRO, diante dos atrasos e burocracia nos pagamentos de sinistros, já não é bem recebido pela rede bancária particular e carece de atenção urgente;

7 — Na atualidade, o financiamento rural está dificultoso, existindo bloqueios à sua pronta concessão, causando recuos no processo de crescimento agrícola;

8 — Já o setor cooperativista, vializa pontos a analisar, como por exemplo:

a) — a desigualdade que existe na cobrança de juros sobre obras de armazenagem, pois enquanto a nível de produtor o juro é de 8 por cento, para as cooperativas atinge 18 por cento.

b) — ante a situação interna e externa, a política geral da soja deveria ser definida mais a longo prazo para que as cooperativas pudessem melhor programar a comercialização;

9 — Há, ainda, outros setores da região, como a suinocultura, que necessitam apressada atenção, com acesso aos benefícios creditícios e garantia do preço para o porco tipo carne;

10 — Quanto aos meios de transporte, necessitamos alternância, buscando a concretização da ferrovia Guarapuava-Foz do Iguaçu, com ramal Toledo-Guaíra, com o que haveria sensível diminuição do custo que hoje a exclusividade do transporte rodoviário acarreta — a Cr\$ 17,00 por saca, mais o consumo de combustível — e o retorno do investimento, por tais e outras razões, seria o prazo relativamente curto;

11 — Faz-se necessária uma definição quanto à ocupação da Amazônia e outras áreas do País, com uma política definida, incentivada e assistida, para se evitar o fluxo enorme de agricultores cooperados — já com técnicas aprimoradas — que buscam países vizinhos para produzir, quando há tanta terra e o que fazer em nosso País;

12 — No estágio em que se encontram as cooperativas, precisamos passar urgentemente da fase de armazenagem e comercialização para a industrialização, com desenvolvimento de todos os setores de apoio, para certeza de concretizar o Brasil como supridor mundial de alimentos, mas também de produtos agrícolas industrializados;

13 — Enfim, Sr. Ministro, a COOPAGRO solicita a V. Exa. seus préstimos e influência no sentido de encontrar solução definitiva para a problemática de posses, no Oeste paranaense, o que será motivo de contentamento e tranquilidade.

Eis, Sr. Ministro, alguns aspectos que preocupam nossa gente. Com humildade, descortinamos os principais, mas certos de que estamos agindo com franqueza e sinceridade.

Esperamos atenção e compreensão.

Nosso muito obrigado.

COOPAGRO — Cooperativa Agrícola do Oeste Ltda.

Identificada com o novo dimensionamento da agricultura brasileira”.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na primeira oportunidade em que este Parlamento se reúne, após a data em que se registrou o passamento de uma das maiores lideranças políticas desta Nação, cumpre à liderança do MDB vir depositar nos Anais desta Casa um voto de pesar à figura do homem político, Carlos Lacerda.

Desejamos, Sr. Presidente, registrar, junto com este voto de pesar, um retrospecto essencialmente político do que representou Lacerda dentro do cenário político brasileiro e o que representará o editorial da “Folha de São Paulo”, sob o título: “A Última Missão”.

“Em menos de um ano a “Frente Ampla” foi fisicamente liquidada, pelos fados. Jango e Lacerda, inimigos fideais, morreram do coração; JK, o homem do desenvolvimento rápido,

num carro, na estrada. De líder político com ressonância popular só restou Leonel Brizzola.

Mas a Revolução está aí, impávida. Prolonga-se, no tempo, mas não tem braços humanos, uma das raras criações humanas que não é antropomórfica. Seus líderes passados vieram e foram sem causar emoções. Os que se pronunciaram candidatos são conhecidos por duas centenas de pessoas. Nos trópicos pretende-se uma sociedade álgida, escandinava.

O modelo político brasileiro é “sui generis” — ao invés de buscar enquadrar-se na condição humana, tenta enfaticamente fugir dela. Pretende-se governar o País sem senti-lo. Homens e multidões são desprezados. Líderes populares — cuja função social é promover a catarse entre indivíduo e a massa — estes são esmagados. Sentimentos são amordaçados, mesmo assim querem que todos estejam felizes.

Carlos Lacerda foi desperdiçado. Com pavor dos seus tremendos defeitos liquidou-se seu potencial de fantásticas virtudes. O ser humano ideal parece ser o de pequenas dimensões e características. Quanto mais desapercibido menos ameaçador. Doses homeopáticas em matéria de personalidades é que se pretende.

Mas, a ambição de ser potência mundial, subsiste. Como se paraísos pudessem alcançar grandes alturas. Os donos de nossos destinos estão esquecidos de que a distância a ser percorrida depende da envergadura de asas.

Sem entender de homens nem de pássaros. Ajudado pelo destino inexorável, a Revolução venceu a “Frente Ampla”. Mas de cada um destes três enterros ocorridos em Brasília, São Borja e Rio, neste último ano, resta alguma coisa. A revolta que não se pode expressar no voto, manifestata-se na dor. Cada cortejo fúnebre daqueles que têm lutado pelo restabelecimento da democracia é um despertar, um renascer da consciência literária. O abraço de pêsames foi abolido. Em seu lugar um abraço forte de solidariedade.

O governo pode impedir o luto e as manifestações. Mas não pode impedir este contágio pela dor. Para controlar esta nova subversão transmitida pela melancolia, o governo terá que decretar o fim da morte. De hoje em diante os que sonham com liberdade não poderão mais morrer. A tecnologia nacional terá que empenhar-se para impedir que idealistas, sonhadores e utopistas (a nova designação para os democratas) faleçam. Só assim estarão evitados cortejos fúnebres, velórios emocionantes, missas e atos de misericórdia que abatem a estabilidade do regime.

Na coleção nacional de medos e sobressaltos criou-se novo terror: o da morte. Esta, parece, está fazendo pelos vivos muito mais do que a própria vida, hoje caricata.

A exacerbada existência de Lacerda fazia prever um fim trágico. Seu desaparecimento, ao contrário de sua jornada, foi quieto, última artimanha de uma mente totalmente politizada: pois de repente, ficou flagrante a extensão destes 13 anos, vislumbrou-se a angústia do tempo parado e ficou nítido o estrago do cárcere e do silêncio nas pessoas. Carlos Lacerda enterrado continua agitando”.

Por isso, Sr. Presidente, deixo aqui, em nome da Liderança do MDB, que hoje abriga muitos políticos que, em vida, foram adversários do ex-Governador da Guanabara, mas deixo em nome da liderança do MDB, a homenagem a um homem que, embora combatendo por idéias, teve a grande ombridade de, em vida, reconhecer, voltar e unir-se a seus adversários políticos para tentar reimplantar no Brasil, através da “Frente Ampla”, um regime com características democráticas.

A esta atitude de Carlos Lacerda reconhece o Movimento Democrático Brasileiro a atitude de um político, a atitude de um democrata. E como o nosso Partido visa restaurar nesta terra um regime essencialmente democrático, sentimos a perda de um homem, que impossibilitado pelas Leis de excessão de participar da vida pública, teve mesmo no fim de sua vida, impe-

dido de ter o reconhecimento que mereceu, porque, infelizmente, ainda estamos sob o domínio do AI-5.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).  
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a satisfação de registrar neste plenário, a presença do Dr. Ney Amilton Menarim, digníssimo Prefeito do município de Castro.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho, inscrito.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Mais uma esperança desfeita com o desaparecimento deste notável brasileiro Carlos Frederico Werneck de Lacerda.

Confesso que, no silêncio da noite a que tenho ultimamente me dedicado sobre a política nacional, ainda mantinha, o que é utópico para tantos, a certeza do retorno dos cassados à vida pública, tão logo o País conquistasse o seu objetivo supremo: a plenitude do direito.

Sonhava então com a Presidência da República nas mãos de um grande líder civil, culto, inteligente, inovador, grande administrador e sobretudo amante da democracia, para governar a nossa Pátria.

Acompanhei a sua carreira pública desde os idos de 1945, quando iniciei o curso de Direito na velha e tradicional cidade do Rio de Janeiro. Dele fui sempre grande admirador e se hoje me orgulho de ser portador do primeiro e único título de vereador undenista em minha cidade de Paranaíba, essa conquista eu a devo à inspiração política do famoso líder nacional.

Não se diga hoje, que está morto, mesmo para exaltar as suas qualidades, que foi um dos maiores líderes civis da Revolução de Março de 1964. Não, não está certo. Carlos Lacerda, data vênha, foi muito mais.

Com a sua coragem indomável, com a sua extraordinária capacidade de ação, com visão universal dos problemas humanos, com o seu poder divino de antecipar-se, para destruí-los, aos propósitos nefastos dos inimigos do País, o ilustre morto foi, dentre civis e militares, o maior líder da Revolução de Março de 1964.

Por isso mesmo aí está a afirmativa de Afonso de Albuquerque Lima, valoroso general do Exército Brasileiro: “Em um momento de tristeza, as palavras nada significam, apenas não se pode falar em Revolução sem falar em Carlos Lacerda”.

Não é fácil resumir a personalidade de Carlos Lacerda em poucas palavras. Ele foi tudo o que quis ser e fazia tudo de forma exemplar, declarou à imprensa, o Marechal Cordeiro de Farias. Esqueceu todavia, o ilustre Marechal, que, ele também quis ser Presidente da República eleito pelo voto popular, e sua maior aspiração foi obstada pela força das baionetas caladas dos militares, que ele, com o risco de sua própria vida ajudou a colocar no Poder.

A coroa lhe pertencia de fato e de direito. Era porém, grande demais para sua cabeça e assentava muito bem na cabeça do General cearense, Humberto de Alencar Castelo Branco.

Todavia, Lacerda jamais poderia supor que estivesse colaborando para a implantação do primeiro reinado revolucionário.

Carlos Lacerda, comenta a imprensa brasileira, quem pode visitá-lo no homem que foi, por detrás de tanta atividade e trabalho, percebeu que estes não eram mais que uma fuga à solidão. O político, o homem público, era a única síntese possível da personalidade de Carlos Lacerda e, em ser político, Lacerda era solitário, de uma solidão que não seria jamais vocação e sim, castigo.

Morreu indócil; indócil à solidão, indócil ao ostracismo político; morreu sob protesto.

Com a sua morte, lá se foram os nossos sonhos de vê-lo, com todo o seu magnífico valor e o poder de suas formidáveis

idéias a fazer muito mais ainda pela democracia e pela Nação Brasileira!”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — É com satisfação que esta Presidência anuncia a presença na tribuna de honra da Casa, do Prefeito de Marechal Cândido Rondon, Sr. Almiro Bauermann.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel. — (Ausente).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Deni Schwartz. — (Declina).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Maurício Fruet. O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Já dizia o filósofo grego Isócrates, que, “a Constituição é a alma do povo”, e acrescentava que, “um Estado sem Constituição é um Estado sem alma!”

De acordo com a doutrina esposada por Barthélemy e exarada por Paulino Jacques, “a Constituição é a suprema declaração da vontade popular manifestada através de legítimos representantes e mandatários do povo, que são os membros das Assembléias Constituintes”.

Constituições impostas e outorgadas à revelia da vontade popular são espúrias, e não merecem acatamento. Fazem-se obedecer apenas nos regimes de força, quando a vontade popular é violentada.

Antes de prosseguirmos, permitam-nos que esboçemos a história da legislação entre nós:

Do seu descobrimento ao ano de 1532, o Brasil vivera sob o regime de Feitoria, no qual a vontade pessoal do Feitor ditava a conduta e o estilo de vida das ralas populações.

Com o advento das Capitanias Hereditárias, — iniciadas com a doação real a Martim Afonso de Souza e a seu irmão, Pero Lopes de Souza, das Capitanias de São Vicente e de Santo Amaro — as “Cartas Forais” d’El-Rei discriminavam os direitos e deveres dos Capitães-mores perante a Coroa de Portugal, e estabeleciam os foros a ela devidos pelos Donatários e pelos colonos. Isso prevaleceu de 1532 a 1549.

Instauraram-se os Governos Gerais a partir de 1549, com Tomé de Souza com o primeiro Governador Geral do Brasil. Recebera Tomé de Souza de D. João III o “Regimento do Governo Geral”, datado de 1548, com a especificação dos poderes e das atribuições do Governador Geral, sem prejuízo, porém, dos poderes e das atribuições dos Capitães-mores dentro de suas respectivas Capitanias.

O “Regimento” sofreu, no decurso do tempo, alterações várias, por força de Ordenações, emanadas de Cartas Régias, de Alvarás e de Provisões do Conselho Ultramarino, sediado na Corte Portuguesa.

O Brasil era guindado, em 1640, à categoria de Vice-Reino, e o primeiro Vice-Rei, Roque da Costa Barreto, recebeu, das mãos do Príncipe Regente D. Pedro, mais tarde D. Pedro II, de Portugal, novo “Regimento”: esse D. Pedro era filho de D. Afonso IV, que havia sido deposto e preso.

Quando o “Regimento” se revelava omissivo em certos casos, as falhas eram supridas pelas Ordenações do Reino.

Tivemos as Ordenações Afonsinas, datadas de 1446, ampliadas, em 1514, pelas Ordenações Manuelinas, que, por sua vez, foram aperfeiçoadas, e adaptadas à nova época, em 1603, pelas Ordenações Filipinas.

Essas Ordenações traziam, no seu bojo, os fundamentos do Direito Romano, modificado, em alguns aspectos, pelo posterior Código Visigótico, do rei Odoacre I, estabelecido na Península Ibérica, após a invasão dos godos, ostrogodos e visigodos.

Transplantado para cá, o Direito Português transmitiu ao Direito Brasileiro essas influências e essas características.

Em seu tempo, os Governadores Gerais contavam com o auxílio das Juntas Gerais, incumbidas dos negócios políticos,



das Juntas de Fazenda, que cuidavam dos assuntos relacionados com o Fisco, e das Juntas Militares, com a missão de prepararem a defesa do país. Eram integradas pelo Bispo da Diocese, e pelas altas autoridades militares, fazendárias e da Justiça, e tinham na sua presidência o próprio Governador Geral.

Nessa fase da vida do país, funcionava, nas cidades e vilas das Capitânias, o Senado da Câmara, encarregado da administração local e que se imiscuia na atividade política da Capitania.

O Senado da Câmara "era reconhecido como representante imediato do Povo", não que a lei assim o determinasse, mas pelo consenso popular. Ganhou tal força que passou a fiscalizar a ação dos Capitães-mores, como a dos Governadores Gerais. Representava a El-Rei sobre os erros e arbitrariedades de uns e outros.

O Governo Geral do Estado do Brasil: Governo uno sediado na Bahia; governo dual, com sedes na Bahia e no Rio de Janeiro.

Criou-se, em 1621, o Estado do Maranhão, diretamente ligado a Lisboa, e abrangendo os atuais territórios do Piauí, Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas.

No Vice-Reino, de 1640 a 1808, mudou apenas a denominação dos cargos. Governador Geral passou a ser Vice-Rei; Capitão-mor, para Governador e Capitão-General da Capitania. O último mantinha apenas "relações cerimoniosas" com o Vice-Rei, pois as ordens lhe chegavam diretamente de Lisboa.

Com a invasão de Portugal pelo exército napoleônico, comandado por Junot, a Família Real, a Nobreza e o Clero fugiram para o Brasil, sob a proteção da armada inglesa. Deu-se a chegada à Bahia, a 28 de janeiro de 1808.

A abertura dos portos brasileiros para o comércio internacional foi a primeira concessão à Inglaterra pela proteção dada. Isso nos beneficiou consideravelmente.

Outro passo: criação das Secretarias de Estado dos Negócios do Reino, de Marinha e Ultramar, e de Guerra e Estrangeiros. Logo depois, o Conselho de Estado, o Supremo Conselho Militar e da Justiça e a Superintendência Geral da Polícia.

A Carta de Lei, de 16 de dezembro de 1815, legalizou a situação de fato já existente: o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, quando cessaram os efeitos das Cartas Régias, Alvarás e Provisões, outrora expedidos para os Governadores Gerais e Vice-Reis.

O Príncipe Regente se tornava El-Rei D. João VI com a morte, em 1816, da rainha D. Maria I, "a Louca".

Os portugueses não se conformavam com a subordinação do seu país ao Brasil, e queriam o retorno da Família Real a Lisboa. Com esse objetivo, estourou a Revolução de 1820, e D. João VI preferiu ir, para não perder a Coroa.

Deixou, em seu lugar, D. Pedro, como Príncipe Regente.

x x x x x x

As Cortes de Lisboa, — denominação da Assembléia Geral Constituinte, — elaboraram nova Constituição, e obrigaram a jurá-la D. Pedro, mas também as Câmaras Municipais do Brasil.

As hostilidades de portugueses e brasileiros recrudesceram. O movimento separatista cresceu de intensidade.

D. Pedro não queria perder a Coroa de Portugal, na sucessão de seu pai, mas planejava apossar-se, também, da do Brasil, uma vez que a independência já constituía apenas uma questão de tempo.

A 9 de janeiro de 1822, declarou a José Clemente, Presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, e a seus companheiros: "Se é para o bem geral da Nação, diga ao povo que fico!"

Ao "Dia do Fico", sucedeu-se a convocação, para 16 de fevereiro seguinte do Conselho de Procuradores das Províncias, para "auscultar o pensamento e as aspirações provinciais quanto ao movimento de independência".

Alcançou-o um estafeta, a 7 de setembro, às margens do Ipiranga, quando viajava para São Paulo. A correspondência

da Corte era enérgica e em tom vivo, exigindo-lhe o imediato regresso a Portugal.

Foi aí, e em conturbado estado de espírito, que D. Pedro gritou com a espada desembainhada: "Independência ou Morte!"

Fazia jus ao título de "Defensor Perpétuo do Império do Brasil..."

x x x x x x

Alguns meses antes da proclamação da Independência, exatamente a 3 de junho de 1822, o Príncipe Regente havia convocado uma Constituinte, que se instalou apenas a três de junho de 1823.

A Constituinte, presidida pelo Bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho, era formada por uma Comissão de Sete: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva, na função de Relator, José Bonifácio de Andrada e Silva, Antônio Luiz Pereira da Cunha, Manuel Ferreira da Câmara de Bittencourt e Sá, Pedro de Araújo e Lima, José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada e Francisco Muniz Tavares.

O lusitanismo havia tomado conta do governo de D. Pedro I, em detrimento dos interesses do país. Acirrava-se a luta entre lusos e brasileiros.

Os trabalhos da Constituinte foram concluídos a 01 de setembro de 1823, mas, a essa altura, a crise havia fugido ao controle do Imperador, que acabou optando pela dissolução, a 12 de novembro de dita Assembléia.

Não só dissolveu a Constituinte, como enviou para o exílio numerosos membros dela, dentre os quais os irmãos Martim Francisco e José Bonifácio. O Conselho de Estado, composto de dez membros e nomeado no dia seguinte à dissolução da Constituinte, foi incumbido de novo ante-projeto, com a intenção de submeter esta a outra Assembléia Constituinte.

D. Pedro I mandou cópias às Câmaras Municipais, a fim de receber emendas supressivas e aditivas. Mas, ao invés de convocar nova Assembléia, preferiu promulgar a Constituição, sob o pretexto de que as Câmaras assim o haviam pedido.

x x x x x x

A Carta Magna, de 24 de fevereiro de 1824, fora calcada nas Constituintes da França, de 1814, de Portugal, de 1822, e no projeto de autoria de Antônio Carlos e de Martim Francisco.

Instituiu quatro Poderes: Moderador, Executivo, Legislativo e Judiciário. O Moderador, para "velar pela independência, equilíbrio e harmonia dos outros poderes". Exercia-o o Imperador, com o Poder Executivo.

O Poder Legislativo se compunha da Assembléia Geral Legislativa e do Senado, este com membros vitalícios, tirados cada qual da lista tríplice, e nomeados pelo Imperador.

O Poder Judiciário constava de jurados, juizes de paz, juizes de Direito, Relações e Supremo Tribunal de Justiça.

O Conselho de Estado era, também, vitalício.

O Imperador nomeava o Presidente da Província e um Conselho Geral que estudava e remetia os assuntos provinciais à Assembléia Geral Legislativa, por intermédio do Presidente da Província.

As cidades e vilas dispunham de uma Câmara, com Vereadores eleitos. O mais votado era seu Presidente e Chefe do Executivo local.

O Imperador tinha o poder de dissolução da Câmara dos Deputados.

x x x x x x

A Revolução de Pernambuco, em 1824, denominada Confederação do Equador e a perda, em 1823, da Província da Cisplatina (a República do Uruguai de hoje) abalaram o prestígio imperial. A crise foi num crescendo, até que, a 7 de abril de 1831, D. Pedro I, teve de abdicar em favor de seu filho, D. Pedro.

Uma Regência Trina Provisória assumiu o governo, e convocou a Assembléia Legislativa Geral. Esta, elegeu uma

Regência Trina Permanente, que sancionou Lei de 1832, autorizando a reforma da Constituição.

Sobreveio, através da Lei de 12 de agosto de 1834, o ATO ADICIONAL, com algumas inovações:

1 — Substituiu-se a Regência Trina Permanente por Regência Una.

2 — O Conselho Geral se transformou em Assembléia Provincial, com poderes para decidir assuntos da Província e dos Municípios;

3 — Suprimiu-se o Conselho de Estado;

4 — O Município ganhou maior dimensão política.

O Padre Diogo Antônio Feijó, Senador por São Paulo, se elegeu, a 07 de abril de 1835, Regente do Império. Teve de haver-se com a Revolução Farroupilha, rebentada, em 1835, no Rio Grande do Sul, assim como com outros movimentos armados.

Os moderados e os restauradores se organizaram sob a bandeira do Partido Conservador, e este teve grande vitória nas eleições de 1836.

Feijó, que representava o Partido Liberal, renunciou em 19 de setembro de 1837, "por pressão da maioria parlamentar". Sucedeu-o na Regência o Conservador Pedro de Araújo e Lima, em 1838.

O Partido Conservador combatia as aberturas democráticas do Ato Adicional. Era pela centralização dos poderes nas mãos do Imperador, quando este assumisse o Trono, e, na sua ausência, nas mãos do Regente Uno.

Surgiu a idéia de um "ato interpretativo" do Ato Adicional, e projeto em tal sentido foi encaminhado ao Senado em 1839. Feijó combateu-o vigorosamente, porque ficavam nulas as conquistas políticas já alcançadas.

A Lei de Interpretação, de 12 de maio de 1840, reduziu poderes e atribuições das Assembléias Provinciais e das Câmaras Municipais. As Províncias se subordinaram, novamente, ao Governo da Corte. A Lei tomara o número 105.

No decurso dos anos, parlamentares e ministros lutaram em prol da alteração da Lei número 105, mas o esforço foi baldado. Entre eles, encontravam-se Tavares Bastos, Carneiro Maia, Joaquim Nabuco e Paulino José Soares de Souza.

A Maioridade de J. Pedro II ocorreu a 23 de julho de 1840, em razão da ação política de Antônio Carlos, Martim Francisco, José Clemente e Acayaba de Montezuma.

Restabeleceu-se o Conselho de Estado, e criou-se o Cargo de Presidente do Conselho de Ministros.

x x x x x x x x

No Decreto número 01, de 15 de novembro de 1889, o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório Republicano, declarou que éramos uma República Federativa, denominada Estados Unidos do Brasil, e as antigas Províncias se transformavam em Estados Federados.

Coincidente com o aniversário do lançamento do Manifesto Republicano de 1870, o Decreto número 29 de 03 de dezembro de 1889, criava uma Comissão de cinco membros, para elaborar nova Constituição. Eram eles: Joaquim Saldanha Marinho, presidente, Américo Brasiliense de Almeida Melo, vice-presidente, Antônio Luiz dos Santos Werneck, Francisco Rangel Pestana, José Antônio Pedreira Magalhães Castro.

Houve três anteprojetos que Rui Barbosa, inspirado na Constituição norte-americana, fundiu num só, com algumas modificações.

O Governo Provisório adotou o projeto, e fê-lo vigorar, antes de surgir a Constituinte, para seu exame. Adotou-o através do Decreto número 510, de 22 de junho de 1890, e Rui aperfeiçoou-o ainda mais, sendo aceitas as emendas pelo Governo Provisório, através do Decreto número 914, de 23 de outubro do mesmo ano. A República Brasileira possuía, então, uma Constituição Provisória.

Sob a presidência de Prudente de Moraes, o Congresso

Constituinte se instalou a 15 de novembro de 1890.

Uma Comissão de vinte e sete membros: Ubaldino do Amaral, Lauro Muller, Júlio de Castilhos, Lauro Sodré, Amaral Cavalcanti e outros, — examinou, em profundidade, o projeto de Constituição, constante dos Decretos números 510 e 914. Introduziu-lhe, importantes emendas como:

1 — Eleição direta do Presidente e do Vice-Presidente da República, e mandato de quatro anos, ao invés de seis; 2) — prerrogativa do Congresso prorrogar suas sessões, sem prévia anuência do Presidente da República; 3) — supressão das penas de exílio e morte; 4) — autorização para instalação de novos conventos e reingresso dos jesuítas no país; 5) — manutenção da Federação, do Presidencialismo e da Independência e harmonia entre os três Poderes; 6) — Vice-Presidente da República na Presidência do Senado; 7) — Mandato de três anos para os Deputados, eleitos por sufrágio direto; 8) — O Senado com 3 representantes por Estado e pelo Distrito Federal; 9) — os Estados com Constituição própria, Governadores e Vice-Governadores eleitos, e os municípios organizados pelos Estados, embora com autonomia política e administrativa; 10) — criação do Tribunal de Contas da União; 11) — o Poder Judiciário exercido por Juízes e Tribunais, mais o Supremo Tribunal Federal, Juízes e Tribunais federais em todo o país, e criação do Supremo Tribunal Militar e Conselho; 12) — garantias dos direitos individuais.

A promulgação da Constituição ocorreu a 24 de fevereiro de 1891.

Já em 1892, Gaspar Silveira Martins, Pedro Moacyr e Assis Brasil se empenhavam na reforma da Carta Magna, e pretendiam a implantação do Parlamentarismo.

x x x x x x x x

A campanha em favor da reforma constitucional, — embora sem o Parlamentarismo de entremeio, — interessou ao próprio Rui Barbosa. Assim, na sua Plataforma de candidato à Presidência da República, em 1910, pedia a revisão constitucional, pregando a necessidade da fixação dos princípios constitucionais a serem obedecidos pelos Estados, a unidade da Justiça, a regulamentação do estado de sítio, a proibição das "caudas orçamentárias", o veto parcial no orçamento de despesa, e outras medidas.

Em sua mensagem ao Congresso Nacional, em 1924, o Presidente Artur Bernardes encareceu a necessidade dessa reforma.

A Câmara modificou, então, seu regimento, para poder reformar a Constituição, e elegeu, para esse fim, uma Comissão de vinte e um, sendo um representante por Estado e pelo Distrito Federal.

A Comissão foi presidida por Viana do Castelo, teve Herculano de Freitas como Relator-geral, e contou ainda com Getúlio Vargas, João Mangabeira, Adolfo Konder, Gilberto Amado e outros.

O projeto foi entregue a 3 de setembro de 1925, e a promulgação se verificou a 3 de setembro de 1926, assinando a lei os membros das duas Casas.

O Poder Executivo saiu reforçado em sua autoridade, e ampliados os casos de intervenção nos Estados e nos Municípios. Continuou o voto a descoberto e o regime dos candidatos avulsos, apesar da existência dos partidos locais. A questão social continuava sendo "mero caso de polícia".

A crise econômico-financeira solapava o organismo nacional. O "crack" da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, arruinou a economia norte-americana, e se refletiu profundamente na economia de todos os países, inclusive do Brasil.

Os portos estavam abarrotados de café, madeira, erva-mate, cacau, algodão etc., sem possibilidade de embarque, porque os importadores estrangeiros haviam cancelado as encomendas.

A situação era de descalabro total. E veio a refletir-se na vida política do país, tanto mais que o desemprego em massa



criava novas áreas de tensão e de conflito.

Washington Luiz escolher Júlio Prestes, Governador de São Paulo, para seu sucessor.

Quebrou, assim, o esquema do "café-com-leite", até então vigente, em que mineiros e paulistas se revezavam no Poder.

Se Washington Luiz havia saído dos Campos Elíseos para o Catete, teria, agora, de dar a vez a um político de Minas Gerais.

A quebra do esquema indignou Minas, que se aliou ao Rio Grande do Sul e à Paraíba, para dar origem à Aliança Liberal, com Getúlio e João Pessoa, como candidatos à Presidência e à Vice-Presidência da República.

Eleição a bico-de-pena e com a possibilidade de serem forçadas as atas garantiram a vitória do candidato oficial.

A oposição denunciou as fraudes, porquanto afirmava a vitória dos seus candidatos.

O País estava convulsionado, e mais convulsionado ficou quando João Pessoa foi assassinado, pelas costas, num café de Recife.

A Revolução de Outubro de 1930 foi sangrenta. São Paulo resistia, com todas as forças, porque a sua plutocracia, — cafeicultores, latifundiários e industriais — não queria perder os muitos privilégios que, desde há muito, vinha desfrutando.

Todo o Brasil se rebelara contra o Governo da República, e era mais do que certo o triunfo revolucionário.

Getúlio Vargas decretara que Ponta Grossa, onde instalara seu Quartel-General, num trem, era a "Capital Cívica do Paraná", e a Capital da Revolução Vitoriosa.

Nesse interim, as Forças Armadas destituíram e prenderam o Presidente Washington Luiz, e instalaram uma Junta Militar composta dos Generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e do contra-Almirante José Izaias Noronha.

Góis Monteiro, comandante em chefe das forças revolucionárias, e Oswaldo Aranha, entraram em contacto com a Junta Militar, a fim de sondarem os seus intentos. Da "démarche", resultou a entrega do Poder a Getúlio Vargas.

Vargas se tornou o Chefe do Governo Provisório, com poderes absolutos, enquanto o País não se reorganizava.

A Lei Orgânica, baixada com o Decreto 19398, de 11 de novembro de 1930, instituiu o Governo Provisório, com atribuições executivas e legislativas; dissolveu-se o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais, manteve as atribuições do Poder Judiciário, menos o direito de julgar os atos do Governo Provisório, restabeleceu a Constituição Federal, as Constituições Estaduais e demais leis nas partes que não colidissem com a Lei Orgânica, suspendeu as garantias constitucionais, decretou a intervenção nos Estados e nos Municípios, criou um Tribunal Especial, para julgar os crimes políticos e funcionais, e assim por diante.

Criou os Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e o da Educação e Saúde, tendo sido nomeado, para o primeiro, Lindolfo Color, e, para o segundo, Francisco Campos.

O Governo Provisório nomeou, pelo Decreto 19459, de 06 de dezembro de 1930, uma "Comissão Legislativa", presidida por Levy Carneiro, Consultor Geral da República, e que se subdividiu em 19 Subcomissões.

Deveria rever toda a legislação em vigor e apresentar codificações e projetos de lei modificados, com aplicação imediata, ou a serem submetidos ao futuro Congresso Legislativo.

Integravam a Subcomissão Eleitoral Assis Brasil, Mário Pinto Serva e Rocha Cabral, sob a presidência do ministro da Justiça, primeiramente Oswaldo Aranha e, depois, Maurício Cardoso.

O Código Eleitoral (Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932), foi produto de seu trabalho, e determinou:

a) — sufrágio universal, aos 21 anos, e voto feminino;

b) — voto direto e secreto;

c) — inscrição e voto obrigatório;

d) — representação proporcional partidária, com candidato avulso;

e) — instituição da Justiça Eleitoral.

O Decreto número 21402, de 14 de maio de 1932, marcou a data de 3 de maio de 1933, para a realização das eleições à Assembleia Constituinte.

O mesmo nomeou a Comissão incumbida de elaborar o ante-projeto da Constituição.

Outro Decreto, de número 22.040, de 01 de novembro de 1932, criou mais outra Subcomissão, composta de ministros de Estado e de conspícuas figuras do cenário político, como Carlos Maximiliano e João Mangabeira, com o fim de elaborar o anteprojeto da Carta Magna.

Os trabalhos foram concluídos a 6 de novembro de 1933.

A Assembleia Constituinte havia sido eleita a 3 de maio, conforme estava estabelecido.

E sua instalação ocorreu a 15 de novembro, sob a presidência de Antônio Carlos de Andrada.

A "Comissão dos 26", — integrada por um representante de cada Estado e do Distrito Federal, e de mais cinco representantes classistas, — recebeu o anteprojeto, no qual introduziu numerosas alterações.

A Constituição, promulgada a 16 de julho de 1934, contou com 187 artigos, contra os 91 da lei 1891, e havia tomado a Constituição da República de Weimar — instalada, na Alemanha, logo depois da I Guerra Mundial — como ponto de referência.

Declarou-nos a República federativa, sob regime representativo, como declarou que "todos os poderes emanam do Povo e que em nome dele são exercidos".

Assegurou o voto secreto e o voto feminino. Invadiu os campos do Direito Civil, do Direito Social e do Direito Administrativo. E assim por diante.

Um fato digno de nota: Nas Disposições Transitórias, concedeu anistia ampla para os crimes políticos, apesar do clima de agitação e de não haveram sido cicatrizadas; ainda, as feridas de duas Revoluções. A anistia falou alto no coração da Nação Brasileira.

Getúlio Vargas se elegera Presidente da República, pela Assembleia Constituinte, que se transformava em Congresso Legislativo Nacional.

A situação era extremamente difícil, porque, a cada dia, se extremavam a Ação Integralista Brasileira, e a Aliança Nacional Libertadora.

O Integralismo era, entre nós, o papel carbono do Partido Nazista, com sua camisa verde e com sua saudação fascista.

A ANL abrigava as esquerdas e os grupos liberais, não podendo disfarçar que era comandada pelo Partido Comunista.

Os choques de grupos armados se multiplicavam, e o País marchava para uma guerra civil.

A certa altura, houve a cassação do registro da Aliança Nacional Libertadora, e o fechamento da sua sede.

As esquerdas se julgavam porém, suficientemente fortes.

Encontrando apoio e incentivo entre os liberais-democratas, — e a elas não eram estranhos os grupos políticos e reacionários de São Paulo, — as esquerdas deram passo fatal: No Nordeste, houve levante armado, e a constituição de "soviets", com a derrubada e encarceramento das autoridades constituídas.

No Rio de Janeiro, o III Regimento de Infantaria, sediado pela Praia Vermelha, se sublevou igualmente, na madrugada de 27 de novembro de 1935. Esses movimentos foram prontamente sufocados.

Em consequência dos acontecimentos, promulgou-se o Decreto Legislativo número 6, de 18 de novembro de 1935, no qual se estabeleciam:

- a) equiparação ao "estado de guerra" da "comoção intestina grave".
- b) perda da patente e posto, sem prejuízo de outras penas, ao oficial das Forças Armadas que praticasse ato ou participasse de movimento subversivo das instituições políticas e sociais.
- c) demissão do funcionário civil sem prejuízo de outras penas, que praticasse ato ou participasse de movimento das instituições políticas e sociais.

A Lei número 38, de 4 de abril de 1935, que definia os crimes contra a ordem política e social, foi alterada e ampliada pela Lei 136, de 14 de dezembro do mesmo ano.

A Lei 241, de 11 de setembro de 1936, instituiu o Tribunal de Segurança Nacional, de execrada memória, e que tantas vítimas ocasionou.

xxxxxxx

No setor econômico, a atividade foi profícua, com a decretação do Código de Caça e Pesca, Código de Minas, do Código de Águas.

Houve a regulamentação do funcionamento de bancos, casas de penhores, farmácias, casas de diversões etc.

No setor social, deu-se a criação de Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos, dos Comerciantes, dos Bancários, e dos Industriários, assim como das Caixas de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores, em trapiches e Armazéns de Café e dos Operários Estivadores, depois transformados, também em Institutos.

Ao mesmo tempo que esquerda e direita se engalinhavam no Brasil, as nuvens negras da guerra já toldavam os céus da Europa.

Hitler deblaterava e espumava, mas a Wermacht e a Luftwff iam dizimando as populações indefesas dos países anexados, como o Memel e a Sudetolândia.

○ "anschluss" da Áustria traumatizava o mundo inteiro.

Em nosso País, — sobretudo no Sul, — algumas etnias alimentavam o sonho de incorporação de extensos territórios brasileiros às suas pátrias de origem.

Era comum vermos as "camisas pardas" do Partido Nazista e da juventude hitlerista e os "camisas negras" do Partido Fascista Italiano se ombrearem e desfilar em juntamente com as hordas integralistas.

A Igreja, a Escola, o Clube e o Lar eram redutos da "quinta coluna", e muitos "quislings" estavam preparados para traírem o Brasil.

Naquelas instituições, desconhecia-se a língua portuguesa; e eram cultuados os heróis das pátrias de além-mar.

Cada instituição daquelas, um trecho de território estrangeiro dentro do Brasil.

Por outro lado, a ideologia nazi-fascista, por força da pregação da Ação Integralista Brasileira, havia sensibilizado e conquistado importantes áreas oficiais.

Assim, pois, em vista do agigantamento da Alemanha Hitlerista, senhora, já, de toda a Europa central, muitos que se achavam no Poder, — apegados nele mais fortemente do que a ostra ao rochedo, — não pretendiam largá-lo tão cedo, e, por isso, tramaram um golpe branco contra a Democracia.

A Nação Brasileira foi surpreendida, na noite de 10 de novembro de 1937, por um discurso de Vargas, que proclamava a instauração do Estado Novo, com o inteiro apoio das Forças Armadas, e, a Constituição da mesma data.

O Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, foi apresentado como o Condestável do Estado Novo.

Supunha-se a princípio, que se tratava de "putsch" integralista, mas, com o golpe de mão de maio de 1938 contra

o Palácio Guanabara, onde Vargas residia, e com o fechamento de suas sedes em todo o Brasil, o integralismo também ficava aliado.

Se não tivesse sido tão caracteristicamente fascista, o golpe, que redundara no estabelecimento de um Governo forte e arbitrário, poder-se-ia justificar em face da ameaça interna do "quinta-colunismo", de vários matizes, e em face da precipitação dos acontecimentos internacionais, com o rebentamento da II Guerra Mundial, e da nossa participação ativa nos campos de batalha da Itália, através da gloriosa Força Expedicionária Brasileira.

O País e o Governo precisavam estar suficientemente armados contra qualquer tentativa de desagregação territorial ou de ocupação de partes do nosso território por forças inimigas estrangeiras, e tendo a cumplicidade e a colaboração decisivas de contingentes internos militarmente preparados.

xxxxxxx

A Constituição de 1937 nos deu mais uma República Unitária, do que propriamente Federativa.

A centralização do Poder em mãos do Presidente da República foi em grau superlativo.

Dissolveram-se o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais.

Nos Estados, houve Interventores Federais. Somente Benedito Valadares, em Minas, continuou com o título de Governador.

Surgiram, em lugar das Casas Legislativas, os Departamentos Administrativos.

Foram suprimidos os partidos políticos, inclusive o Integralismo.

Restaurou-se a pena de morte, e ampliaram-se os casos em que deveria ser aplicada.

Criou-se, com feição cooperativa, o Conselho Nacional de Economia.

A Legislação Social se alargou durante este período, e as Classes Trabalhadoras obtiveram valiosas conquistas, que, em outros países, exigiram o sacrifício de muitas vidas.

xxxxxxx

A derrota do nazi-fascismo renovou as esperanças de redemocratização do País. Getúlio Vargas o compreendeu.

A Lei Constitucional número 6, de 28 de fevereiro de 1945, revogada numerosos dispositivos da Constituição de 1937, entre eles o de que os Vereadores e dez cidadãos outros, de cada Município, formariam o colégio eleitoral para a escolha dos Deputados Estaduais, Governadores, Deputados Federais, Senadores, Vice e Presidente da República. O voto passava a ser direto e secreto.

A Lei Eleitoral (Decreto 7.586 de 28 de maio de 1945) regulava as eleições e mandava que os Partidos políticos fossem de âmbito nacional, com sede na Capital da República.

Com as candidaturas de Eurico Gaspar Dutra e de Eduardo Gomes na rua, surgiu, de inopino, um movimento queremista, de suspeita origem: "Constituinte com Getúlio".

O queremismo cresceu, e preocupou militares e políticos. Consequência:— Deposição de Vargas em 28 de outubro de 1945.

xxxxxxx

Instaurou-se a Ditadura Judiciária, porque, no Governo da República, o Presidente do STF, Ministro José Linhares e, nos Governos estaduais, os Presidentes dos Tribunais de Justiça. No Paraná, o Desembargador Clotário Portugal.

A 2 de dezembro de 1945, deveriam realizar-se eleições gerais.

Contudo, a UDN, receiosa da máquina do PSD, conseguiu a transferência, para 1947, das eleições estaduais.

do seu retiro, em São Borja, Vargas deitou manifesto à Nação, recomendando a candidatura de Dutra. Ele próprio se elegeu Deputado Federal por sete Estados, inclusive pelo

Paraná, e Senador por dois Estados — São Paulo e Rio Grande do Sul.

A Justiça Eleitoral decidiu que assumisse a cadeira pelo seu Estado natal.

A Assembléia Constituinte se instalou, no Rio de Janeiro, a 01 de fevereiro de 1946, sob a presidência do Minsitro Waldemar Falcão, Presidente do Superior Tribunal Eleitoral.

A Mesa da Constituinte foi presidida pelo Senador Fernando de Melo Viana, e o Paraná obteve, na mesma, dois lugares — 2o. e 3o. Secretários, respectivamente os Deputados Lauro Lopes e Lauro Montenegro.

A Comissão de Constituição se compôs de 19 representantes do Partido Social Democrático, 10 da União Democrática Nacional, 2 do Partido Trabalhista Brasileiro, 1 do Partido Comunista do Brasil (havia voltado à legalidade), 1 do Partido Democrata Cristão, 1 do Partido Republicano, 1 do Partido Social Progressista, 1 do Partido Libertador e 1 do Partido Popular Sindicalista.

A Comissão se subdividiu em 10 Subcomissões. Em maio, o projeto estava pronto, e entregue ao Plenário, para emendas, debates, e votação, até que, a 18 de setembro, foi para a redação final.

A PROMULGAÇÃO DA NOVA Carta Magna se deu a 18 de setembro de 1946.

Um detalhe interessante: A Constituição de 1891 tivera 91 artigos; a de 1934 e a de 1937, cerca de 187 artigos; a de 1946 vinha com 218 artigos.

Depois do Estado Novo, fase de autoritarismo quase absoluto, a Constituição de 1946 permitiu que o povo respirasse a liberdade.

Houve o restabelecimento da independência e harmonia entre os três poderes e das funções clássicas do Senado.

Suprimiu a representação classista nas Casas Legislativas, mais os Conselhos Técnicos e os Conselhos Gerais.

Assegurou o direito de greve ao trabalhador e estendeu ao trabalhador rural os benefícios da legislação social.

Instalou-se, em setembro de 1947, a Comissão Mista de Leis Complementares, com João Mangabeira como Relator.

Iria regulamentar numerosos artigos da Constituição.

Vargas sucedeu a Dutra, após estrondosa vitória nas urnas de 1950.

Pontos altos do seu Governo: a sanção da Lei 2004, de 3 de outubro de 1953, criando a Petrobrás e estabelecendo o monopólio estatal do petróleo; e mensagens ao Congresso Nacional reformulando a remessa de lucros, "royalties" etc., de empresas estrangeiras, e de criação da Eletrobrás.

Pagou alto preço pela ousadia em contrariar interesses dos "trusts" internacionais.

A campanha de desmoralização do seu Governo e de sua pessoa, com a tentativa de depô-lo novamente, embora Presidente constitucionalmente eleito, atingiu tal ponto crítico que a sua única alternativa foi o suicídio.

A Carta-Testamento, mais do que nunca foi documento legítimo e profético sobre a situação sombria a que o Brasil iria chegar com a tomada do poder pelos representantes e "testas-de-ferro" dos capitais alienígenas.

Café Filho substituiu Vargas, como Vice-Presidente.

E se entregou, completamente, a esses grupos anti-brasileiros.

O ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, mentor e patrono do "entreguismo", negociou, nos Estados Unidos, a derrubada do monopólio, e o Secretário de Estado, Foster Dulles, veio ao Brasil, para a ultimação dos entendimentos.

Não fora Lott, Ministro da Guerra, tudo estaria consumado.

"A Petrobrás é intocável", proclamou ele, e, assim, continuou por muitos anos.

Café Filho se hospitalizou. Substituiu-o provisoriamente, conforme a Carta Magna, o Presidente da Câmara, Carlos Luz.

Juscelino Jubitschek de Oliveira se elegera, em aliança do PSD-PTB, mas tramava-se, no Catete, o impedimento da sua posse.

Lott contragolpeou, preventivamente, os golpistas, e Juscelino assumiu, dentro do estatuído pela Constituição.

E seu Governo abriu novas fronteiras econômicas para o País, com novas estradas, hidrelétricas, Brasília, indústria automobilística etc., marcos monumentais do desenvolvimento.

O carisma de Jânio Quadros durou sete meses, na Presidência da República.

As forças reacionárias se uniram, para impedirem a posse constitucional de João Goulart.

Mas, o Brasil também se mobilizou. Diga-se, a bem da verdade histórica, que a Batalha da Legalidade começou no Paraná, e se desenvolveu em perfeita consonância com o Comando do III Exército, afinado com os princípios ditados pela Carta Magna.

A Emenda Constitucional número 4, de 2 de setembro de 1961, instituiu, no art. 1o., que "o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelo Conselho de Ministros, cabendo a este a direção e a responsabilidade da política do Governo, assim como da administração federal".

O art. 6o. dizia que "o Conselho de Ministros responde coletivamente perante a Câmara dos Deputados pela política do Governo e pela administração federal, e cada Ministro de Estado individualmente pelos atos que praticar no exercício de suas funções".

O Artigo 7o. reduziu o Presidente da República a mera figura decorativa: "Todos os atos do Presidente da República devem ser referendados pelo Presidente do Conselho de Ministros e pelo Ministro competente como condição de sua validade".

Era o Parlamentarismo, a toque de caixa.

João Goulart aceitou a fórmula, mas o plebiscito, previsto no art. 25, iria libertá-lo das algemas que o manietavam.

E a Emenda Constitucional No. 6, de 23 de janeiro de 1963, iria declarar, no art. 1o.: "fica revogada a Emenda Constitucional No. 4, e restabelecido o sistema presidencial de Governo, instituído pela Constituição Federal de 1946..."

Caía o Parlamentarismo de improvisação, tão distante dos sonhos de Assis Brasil, Gaspar Silveira Martins, Pedro Moacyr e Raul Pila...

Jango lançou campanha em favor das reformas de base: reforma agrária, nacionalização de bancos, nacionalização das empresas de seguro e capitalização e estatização das refinarias particulares de petróleo. Chegou a desapropriar estas últimas.

Por outro lado, coube-lhe sancionar a lei que criou a ELETROBRÁS, e a de Remessa de Lucros.

Poderiam ser exportados apenas 8 por cento dos lucros, e o restante teria de ser reaplicado na industrialização do Brasil.

Porém, ajudado pela displicência e pela falta de pulso do titular sobreveio o caos: Maioria parlamentar contra o governo, greves a se multiplicarem cada dia, indisciplina e desobediência nas Forças Armadas, invasão de propriedades rurais pelas Ligas Camponesas, paralisação e pânico das classes produtoras.

Os chefes militares se reuniram com líderes políticos, e derrubaram João Goulart.

Como Presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, assumiu, pela 8a. vez, a Presidência da República, mas, sobreposto a ele, estava o Comando Supremo da Revolução de 31 de março de 1964.

E as forças políticas se entediavam, para elegerem, pelo Congresso Nacional, o General Humberto Castelo Branco.

Com as assinaturas do General Artur Costa e Silva, Ministro do Exército, Tenente-Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello, e Vice-Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, — o Comando Supremo — surgia, a 9 de abril de 1964 o Ato Institucional número 01.

Sabe-se que a sua feitura, a quatro mãos, foi dos mineiros Francisco Campos e Medeiros da Silva, que se haviam abeberado na "Teoria Jurídica das Revoluções" de Oto Gierke.

O Preâmbulo é significativo:

"É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve continuará haver neste momento, não só no espírito e comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A Revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela, se traduz não só interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da nação.

A Revolução vitoriosa se investe no exercício do poder constitucional. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte.

Assim, a revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte se legitima por si mesmo. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir novo governo.

Nela se contém a forma normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita norma jurídica, sem que nisso seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os chefes da Revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o povo é o único titular.

O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da Revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação, na sua quase totalidade, destina-se a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis a obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria.

A Revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização, a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe".

Mais adiante este trecho:

"Fica bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é o que recebe deste Ato Institucional, resultante do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação."

O AI-1 manteve a Constituição Federal e as Estaduais, suspendem, por 6 meses, as garantias constitucionais e outorgou aos comandantes a prerrogativa de cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos por 10 anos, como determinou a eleição a 3 de outubro de 1965, e a posse a 31 de janeiro de 1966 do Presidente e do Vice-Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A Presidência informa V. Exa. que a partir deste instante, passa a utilizar-se os 15 minutos que regimentalmente são reservados ao MDB. O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço a V. Exa. e à Liderança do MDB, hoje exercida pelo Deputado Nilso Sguarezzi.

"Houve nos anos e nos governos seguintes, uma plethora de Atos Institucionais.

No livro "Les phénomènes révolutionnaires", Jean Baechler encontra três tipos de contestação:

- 1 — O que não visa o Poder, mas contesta a Sociedade, como os "hippies" e o "clochard" de Paris;
- 2 — O que visa o Poder, mas não dispõe de meios suficientes, como os fanáticos de Canudos e do Contestado;
- 3 — O que visa o Poder, e dispõe de meios suficientes,

atingindo pois, o objetivo.

São cinco os graus de intensidade:

- 1 — Substituição, pura e simples, do corpo dirigente;
- 2 — Permanência do corpo dirigente, mas mudança de processo político, podendo inclusive, dar nova Constituição;
- 3 — Substituição do corpo dirigente e mudança do processo político, podendo, inclusive, dar nova constituição;
- 4 — Transformação política, econômica e social;
- 5 — Mudança de civilização, como a Era Meiji, Japão feudalista.

De pleno acordo com Crane Brinton (deste, "Anatomia da Revolução") Baechler desdobra a revolução em três etapas:

- 1 — Prevalência dos moderados;
- 2 — Radicalização com afastamento violento dos adversários e dos próprios moderados;
- 3 — Na terceira etapa, previstas três alternativas, a saber:
  - a — contra-revolução, para retomada do poder pelos que haviam sido aliados do Poder;
  - b — recrudescimento do terror pelos radicais, em todos os setores da Sociedade;
  - c — enfeixamento do poder nas mãos das Forças Armadas.

Não escapa ao observador, que a Revolução de 31 de março, atingiu o terceiro e 4º graus de intensidade, da escala do Baechler, como atingiu a segunda e a terceira alternativas de terceira etapa revolucionária. Isto é, vitoriosa, substituiu o corpo dirigente, mudou o processo, político, deu nova Constituição, radicalizou o processo de combate aos contestários, indo ao terror, e, por fim, enfeixou o Poder nas mãos das Forças Armadas.

Abeberado na doutrina da Elite e Sub-elites e de Povo de Pareto, no seu "Traité de Sociologie Générale", é ainda Baechler quem diz:

"O povo não faz, jamais, revolução, mas participa da revolução. O POVO NÃO TOMA, NUNCA o poder, mas ajuda uma elite a fazê-lo, por seu apoio ou por sua neutralidade".

Foi o que aconteceu em 1964.

Gonçalves Ferreira Júnior, o atual Governador de São Paulo e Professor de Direito Constitucional, no seu "Direito Constitucional Comparado", volume I, ensina:

"Efetivamente, no plano dos fatos e não dos muitos, a revolução, "fenômeno social, é sempre obra de grupos ou de minorias, de elites, que procuram conquistar o poder ou manter para si o poder para tanto mudando a Constituição indo, se preciso for, contra a Constituição".

O abade sieyès, no seu "Qu'est-ce que le tiers État?" ("terceiro estado para ele, é o Povo, depois do Clero e da Nobreza), afirma que a Constituição "é obra de um Poder, o Poder Constituinte e, o "Poder Constituinte gera os poderes do Estado, os poderes constituídos e é superior a estes". Logo mais, declara que a Constituição "não pode ser modificada pelos poderes constituídos, porque estes são obra (do Poder Constituinte), por intermédio da própria constituição".

A titularidade do Poder Constituinte cabe à Nação.

Manoel Gonçalves Ferreira Filho, o autor do "Direito Constitucional Comparado", faz coro à quase totalidade dos constitucionalistas:

"Hoje, na metade do século XX, a opinião esmagadoramente predominante é a de que o supremo poder, num Estado, pertence ao Povo" a Soberania é do Povo; portanto, o Poder Constituinte é do Povo".

Vimos que o AI-1 declarou que a revolução vitoriosa se legitima por si mesma e se arroga o Poder Constituinte, em nome do Povo. Mas, a legitimação carece do concensus, sem o qual deixa de existir.

Recorramos, outra vez, a Gonçalves Ferreira Filho:

"No plano do direito positivo, a obra revolucionária é sempre inconstitucional, ou ilegal.

Não é preciso demonstrá-lo. Essa obra porém é legítima

ou ilegítima, segundo o "consensus", segundo a idéia de direito predominante. É legítima a tomada do "poder para a realização da idéia de direito que tem por si o "poder para a realização da idéia de direito que tem por si o "consensus"; ou seja, a legitimidade se mede em relação ao "consensus", não se mede em relação ao direito positivo. Em relação "ao direito positivo, se mede a legalidade e não a legitimidade.

"É legítimo, mas é ilegal, esse grupo chegar ao poder. Ele já tem por si a legitimidade. Que é que lhe resta fazer? A legalidade, a legalização, que é o passo seguinte. Essa legalização é a edição da Constituição. Essa edição é o ato constituinte.

No caso de uma revolução que tem por si a legitimidade, a transformação do ato constituinte em Constituição é simples, fácil e praticamente imediata. Porque o ato constituinte dessa revolução legítima conta de imediato com a aceitação dos governados.

Vamos, pois encontrar a legalização da revolução, consoante o Vice-Governador de São Paulo, e constitucionalista renomado, somente quando este editou a Constituição de 24 de janeiro de 67.

x x x x x x

Se a legalização é o estabelecimento de normas positivas que se justifiquem em aquilo que está na obra revolucionária, "chegamos à conclusão de que os Atos Institucionais, perpetrados após a promulgação da Carta Magna de 1967 excrescência, violentação do "consensus"; portanto ilegítimos e ilegais.

Todos eles se caracterizam como atos de força, descansados na coerção e no juízo arbitrário e autoritário dos detentores momentâneos do Poder. Não poderiam sobrepor-se aos postulados constitucionais, estabelecidos e impostos pela revolução, por isso que a Carta Magna de uma Nação é, e sempre foi, a Lei Maior, colocada acima de todas as outras leis.

Em virtude, justamente, dessa colocação é que as leis a ela se subordinam com ela não podem conflitar-se, nem contradizê-la. A constitucionalidade das leis é capítulo importante do Direito constitucional.

Alegar-se-ia que o Poder Constituinte da revolução é permanente. Nada mais errôneo.

Se o que têm redigido os Atos Institucionais se apoiam em Oto Gierke, convém repararem que, na "Teoria Jurídica das Revoluções" cessa o Poder Constituinte ao editar-se nova Constituição, se a anterior não for mantida.

Insistir nos poderes que a própria Revolução se limitou, ao editar a Constituição, é tornar-se poder ilegítimo e ilegal.

"Nesta situação, — afirma Gonçalves Ferreira Filho, — o poder só se "mantém pela força própria dos governantes, ou pela força "que esses governantes eventualmente tomem emprestada aos seus vizinhos ou amigos".

x x x x x x

O Ato Institucional número 05, baixado em plena vigência, da Carta Magna de 1967, — outorgada pela Revolução, — constituiu uma excrescência, uma aberração, uma inconstitucionalidade.

Cessara o Poder Constituinte Revolucionário no momento da outorga da Lei Maior. Apenas um golpe de Estado, com a derrogação da mesma justificaria o AI-5. Os dois documentos é que não poderiam coexistir, porque antagônicos, porque colidentes.

Como a Constituição é a Lei maior, o AI-5, ao surgir, não poderia subsistir, salvo se em clima de desordem jurídica, falando pela força das armas e pela repressão violenta.

Disseram que vinha como instrumento de preservação da "ordem, da segurança, da tranquilidade, do desenvolvimento econômico e cultural e da harmonia política e social". Vemô-lo, contudo, como o instrumento do arbítrio e da opressão.

Ilegalidadesse perpetraram à sua sombra: o Povo não esquece o impedimento forçado de Pedro Aleixo, que deveria

sucedendo Costa e Silva no Governo, e foi substituído por uma Junta Militar.

Essa mesma Junta Militar perpetrou outros Atos Institucionais de igual inconstitucionalidade, porque não fora previamente suprimida a Carta de 1967. Os exegetas, que incensavam os poderosos do dia, se esqueceram do detalhe.

Antes da enfermidade, que o levou ao túmulo, Costa e Silva encomendara a Pedro Aleixo, seu Vice-Presidente, e emérito juriconsulto, a elaboração da nova Carta Magna, mais democratizante, quando, através dela, o País iria alcançar o tão almejado "Estado de Direito". O projeto estava pronto, e fixava a data de 8 de setembro de 1969 para a respectiva assinatura.

A trombose chegou antes, infelizmente.

A Junta Militar rejeitou o projeto feito, e cuidou da elaboração de outro, mais autoritário, mais centralizador, com o Poder Executivo se transformando num super-poder em relação ao Legislativo e ao Judiciário.

A Emenda Constitucional número 01, de 17 de outubro de 1969, incorporou, através do artigo 182, das Disposições Transitórias, o AI-5, de modo que este, que não poderia coexistir com uma Constituição, está colocado acima dela, e mantém a Nação Brasileira sob a permanente ameaça do barão e do cutelo.

Temos, em nossas lendas indígenas, Macunaíma, o gênio malfazejo, satisfeito, apenas, quando praticava alguma perversidade. A nosso ver, Macunaíma se travestiu também de legislador e fez das suas...

O Presidente Geisel tem recorrido, com singular frequência, ao AI-5, não obstante suas espontâneas promessas de distensão e de reabertura democrática.

Fê-lo, ainda há pouco, ao declarar o Congresso Nacional em recesso, sob o pretexto de que a bancada do MDB havia prejudicado a Nação, ao rejeitar o projeto governamental de reforma judiciária. O tempo mostrará os prejuízos que a Nação sofreu, interna e externamente, em consequência do gesto autoritário de fechamento do Congresso.

Sabemos todos que a rejeição do projeto pelo MDB fora simples e ridículo pretexto, tal qual o do lobo a acusar o cordeiro, de que lhe sujava a água, quando o cordeiro se dessedentava, no córrego, muito abaixo de onde se encontrava o lobo. Pretexto, por pretexto, qualquer um serve...

O que a Nação veio a saber, porém, é que, no bojo da punição, outras coisas se achavam em jogo, — as "reformas políticas", decretos-leis que usurparam idéias de projetos emedebistas em andamento nas duas Casas Legislativas e "reforma constitucional".

Supressão das eleições para Governador em 1978, e criação de senadores biônicos, mais a mudança do jogo político, pela ampliação esdrúxula do colégio eleitoral, — eis a sabeloria política do reduzido grupo que pretende perpetuar-se no Poder, embora coberto de ridículo e de desfaçatez.

Isócrates afirmara que "a Constituição é a alma do Povo". Vemos que o grupo dominante procura "manter o Poder para si, para tanto mudando a Constituição, indo, se preciso for, contra a Constituição", conforme alerta Gonçalves Ferreira Júnior, professor de Direito Constitucional e Vice-Governador de São Paulo.

A teoria da resistência à opressão, — com paladinos da categoria de Duplessis-Mornay, de Jurieu e de Locke, — poderá tomar corpo entre nós, justamente para que sejam preservados os postulados da Revolução de 1964.

No artigo 35, da Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão, da Revolução Francesa, vemos que "quando o governo viola os direitos do povo, a insurreição é para o povo e para cada porção do povo, o mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres".

Longe de nós a insurreição armada, com derrubada violenta dos governos que, por seus atos e resoluções, atentam

contra a vontade soberana do Povo.... Queremos a revolução pelo voto, revolução pacífica, mas que representa o despertar da Consciência Nacional.

O MDB vem pregando a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, no intuito de, com o "consensus" popular, a Nação elaborar, através de seus representantes, eleitos pelo voto livre e secreto, uma Carta Magna mais condizente com os postulados democráticos que, todos, defendemos.

A esse propósito, a Direção Nacional do MDB, vem de expedir a seguinte e eloquente.

#### NOTA POLÍTICA

"O Movimento Democrático Brasileiro, diante do regime de exceção e das reformas impostas com base no Ato Institucional número 05, que aniquilaram as últimas instituições livres existentes no País, indissociáveis do voto direito, silenciaram o Congresso Nacional e descumpriram as perspectivas e solenes promessas de retorno do País ao estado de direito, bem como a observância em 1978 do calendário eleitoral, resolve promover ampla mobilização nacional para, pacificamente, junto ao Povo e suas forças representativas, conquistar a vitória na luta pela resistência democrática. A ordem democrática que a Nação reclama será fundamentalmente estruturada:

1) — Na vontade impessoal da lei, e não no arbítrio de um ou de alguns homens.

2) — Pelo Estado que não destrua o homem e seus direitos naturais, políticos e sociais, entre eles o de viver livre do medo e da necessidade; a informação não vilipendiada pela censura; a justiça independente, com as garantias de julgamento público, banidos os tribunais de exceção, e ampla defesa, sob pena de nulidade do processo.

3) — Com sistema representativo legitimado pela delegação, pessoal e temporária, dos mandatos pelos cidadãos, repelida a prorrogação dos mandatos parlamentares e do Executivo, e sua outorga autoritária por artimanhas eleitorais.

4) — Com distribuição de renda como expressão de justiça social, proscrito o neocolonialismo em que minorias privilegiadas tenham a opulência para esbanjar, enquanto maiorias desesperadas não tenham o suficiente para sobreviver.

5) — Com entidades de classes e sindicatos de trabalhadores e patronais emancipados da não longa e paternalista do Ministro do Trabalho.

6) — Com o Estado aparelhado com mecanismos aptos a defendê-lo contra as agressões ilegais da desordem, da anarquia, dos totalitarismos da esquerda ou da direita.

7) — Por política externa que projete internacionalmente a tradição pacifista do Brasil, observe sua adesão aos tratados e organizações internacionais, expanda sua economia, divulgue suas potencialidades, sendo para tanto indispensável a autoridade pelo exemplo interno decorrente da prática efetiva da Democracia, invulnerabilidade dos direitos do homem, estratégia de desenvolvimento orientada pela maximização de empregos, bem-estar social, redistribuição e não concentração do crescimento para que a renda dos pobres receba ponderação mais elevada do que a renda dos ricos.

8) — No prestigiar as Forças Armadas, como instituições nacionais essenciais à defesa e à segurança da Nação, garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

9) — Com a existência da oposição como insubstituível instituição do Estado, para que:

I — O governo efetivamente possa ser fiscalizado, criticado, denunciado e responsabilizado;

II — Haja desimpedido acesso da oposição à imprensa, ao rádio, à televisão, nestas últimas em igualdade de tempo e condições com o governo, sendo a censura expressamente considerada crime contra as instituições;

III — Seja assegurada a criação e funcionamento de comissões parlamentares de inquérito e o comparecimento de ministros ao Congresso Nacional, para imparcial investigação e esclara-

recimentos de fundamentos denúncias sobre transgressões da lei, atentados aos direitos do homem, escândalos que comprometam a credibilidade das finanças, das empresas, do sistema bancário e financeiro.

IV — Represente efetiva alternativa política para substituir governos que decaíam da confiança da sociedade, que soberanamente, se manifestará por eleições livres, puras e sinceras, sem intermediações espúrias e institucionalizadoras do poder oligárquico no País".

Esta, Srs. Deputados, a Nota Política da Direção Nacional do Movimento Democrático Brasileiro.

Entendemos a necessidade do ordenamento jurídico da Nação com paz, com serenidade, com honestidade e acima de tudo sem revanchismo.

Convém lembrar recente pronunciamento do Dr. Raymundo Faoro, na última semana em Curitiba, quando afirmou: "Não se há de buscar na farmacopéia condenada, na utópica construção de uma visão tecnocrática para apagar outra visão tecnocrática. A conciliação dos homens de boa vontade, sem partidanismos, e sem temor, há de assegurar um pacto social no consenso pacífico, que se traduza um pacto jurídico. A República se fundou e se engrenou com fundamento numa ampla e livre deliberação constituinte, que é a fonte de todo o poder e a inspiração para todas as perplexidades. Este não é o caminho de retorno, mas a mensagem de confiança no futuro, do futuro que se abre na dinâmica da hora atual, sem apelo ao milênio prometido pelo vôo dos números em delírio".

Tenhamos sempre em mente o enunciado pelo Abade Sieyès, de que "a Nação existe antes de tudo, e acima de tudo"...

Não esqueçamos, principalmente, — como ensina Gonçalves Ferreira Júnior, — "que o Supremo poder, num Estado, pertence ao Povo; a soberania é do Povo; portanto, o Poder Constituinte é do Povo".

Este o registro que queríamos fazer.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta a Liderança da ARENA se deseja usar do tempo regimental que lhe é concedido.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, o tempo reservado à ARENA deverá ser ocupado pelo nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, nesta tarde, para fazer um registro: a visita do Sr. Governador do Estado à nossa região, ao Vale do Ivaí, no dia 20, sexta-feira última.

O Sr. Governador foi recebido por uma grande massa popular, na cidade de Apucarana, de lá seguindo para Jandaia do Sul, onde participou da inauguração de 119 casas populares.

Casas estas que vem demonstrar a preocupação do Chefe do Poder Executivo Municipal e Estadual de dar o melhor atendimento às classes menos favorecidas.

Em Jandaia do Sul, há dez anos atrás, a sua maior população estava na zona rural. Hoje, com a mecanização, com a diversificação de suas plantações, está a sua maior população na cidade.

É esta a preocupação, de dar o melhor conforto, a melhor assistência àqueles que lutaram tantos anos na zona rural e que agora procuram a cidade para oferecerem melhores condições de estudo a seus filhos, dando um melhor atendimento.

E o Governo vem dar o seu apoio num reconhecimento a esta classe laboriosa e trabalhadora.

De Jandaia do Sul, o Sr. Governador deslocou para a cidade de Cambira onde participou de inaugurações e recebendo também o título de Cidadão Honorário desta cidade. Lá uma grande massa popular reconhecia a sua liderança, o seu trabalho, o seu desempenho em todos os setores. E naquela região pude-



mos sentir a sua participação na parte do ensino com a construção de salas de aula. No setor de estradas integrando quase que completamente a região do Vale do Ivaí, com a ligação da estrada Jandaia do Sul ao entroncamento, próximo ao município de São Pedro do Ivaí, onde vai encontrar a PR-82, Placaluar-São João do Ivaí-Fênix-Quinta do Sol e Engenheiro Beltrão, é necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer um comentário.

Quando há poucos dias se criticava o estado lastimável em que se encontrava o trecho, Quinta do Sol a Fênix e Quinta do Sol a Engenheiro Beltrão, estava aquele trecho, de estrada, em execução, e a firma empreiteira procedia o seu revestimento primário, estando o serviço ainda inacabado, não poderia estar perfeito.

Mas pudemos verificar, agora, nesta semana, percorrendo aquele trecho de estrada que já estava concluído o serviço, Engenheiro Beltrão-Quinta do Sol e Quinta do Sol bem próximo a Fênix. Este trecho também já está em perfeito estado só faltando pouco mais de 5 quilômetros para a sua conclusão.

Mas em Apucarana, pudemos sentir o entusiasmo dos Prefeitos, quando o Secretário de Transportes Dr. Osiris Stenghel Guimarães, Diretor Técnico, Dr. Tancredo Benghi e, sua equipe lá participaram de um encontro com 11 Prefeitos assinando um convênio de 344 quilômetros de estradas no programa pró-safrá no valor de 2 milhões e 300 mil cruzeiros. O que possibilita assim o escoamento da produção de toda a Região do Vale do Ivaí.

Nós pudemos sentir nestas visitas e, a mais cinco municípios da região, em reunião com Vereadores, com Prefeitos, entusiasmo e a confiança no Governo Canet Júnior pela sua lealdade, pela sua sinceridade. Quando visita a região e programa as obras logo depois, vemos o início concretizando a aspiração daquele povo laborioso que espera melhores dias para a nossa região e para o nosso Estado.

Sr. Presidente, não poderia deixar também, neste momento, de registrar o nosso sentimento pela perda irreparável do grande homem público, que faleceu na semana passada, Carlos Lacerda.

Carlos Lacerda, com seu desprendimento, foi um homem sempre empenhado à causa pública. Com independência na Câmara Federal, no Governo da Guanabara, deixou relevantes serviços prestados, e não somente isto, deslocando-se da Guanabara para todo o País, fazendo contato com o povo, levando a sua palavra de fé e de confiança, pedindo a união de todos no momento em que o País precisava de uma orientação, de um caminho seguro.

Lamentamos essa perda, pela sua dedicação, pela sua inteligência e pelos grandes serviços prestados à nossa Pátria!

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Com revisão do orador)  
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

A Presidência comunica que encerra, nesta data, o prazo para oferecimento de emenda às Emendas à Constituição, subscritas pelo eminente Deputado Accioly Neto, com o apoioamento constitucional.

Da mesma forma, regimentalmente, solicita dos eminentes Líderes de Bancadas, a indicação das representações partidárias na Comissão Especial, que haverá de opinar sobre as propostas de Emendas à Constituição, entrantes nesta Casa.

A Presidência informa que encerra, assim, hoje, o prazo para a apresentação de emendas, solicitando-se a apresentação dos representantes partidários à Comissão Especial.

Emendas apresentadas, separadamente, ambas em data de 13 de maio do corrente. — Serão encaminhadas à Comissão Especial.

A Presidência registra, com satisfação, a presença, neste Plenário, do Sr. Antônio Fuentes Martins, digníssimo Prefeito Municipal de Floresta.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente. Necessita de apoioamento. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 87/76, de autoria do Deputado Dácio Leonel de Quadros, que autoriza o Poder Executivo a denominar próprio estadual localizado na cidade de Castro, com o nome de "Joaquim Anacleto da Fonseca". Pareceres FAVORÁVEIS DA CCJ., e CIP., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 95/76, de autoria do Deputado MAURÍCIO FRUET, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual na Colônia Marcelino, Município de São José dos Pinhais, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres CONTRÁRIOS da CCJ., por unanimidade, da CF., por maioria e FAVORÁVEL da CIP., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 95/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado, criar um Ginásio Estadual na Colônia Marcelino — município de São José dos Pinhais, para funcionar no próximo ano letivo.

Art. 2º — As despesas com a execução da presente lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

#### JUSTIFICATIVA:

A Colônia Marcelino, do município de São José dos Pinhais, integrante da zona metropolitana de Curitiba, é um dos núcleos populacionais que mais se tem desenvolvido, quer econômica, quer social e populacionalmente.

Atualmente, mais de duzentas (200) crianças em idade escolar ali residentes, têm que se deslocar para outras localidades, a fim de continuar seus estudos de segundo grau.

Com o presente projeto de lei, queremos, sensibilizar o Poder Público para o problema daquela comuna, e que temos a certeza, contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 95/76

O Projeto de Lei número 95/76, de autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual na Colônia Marcelino, município de São José dos Pinhais, para funcionar no próximo ano letivo.

Acompanha a propositura, justificativa que demonstra a necessidade de tal criação naquela localidade.

Embora as intenções do autor do projeto sejam das mais meritórias e de grande alcance social, a matéria encontra barreiras constitucionais que nos impedem de acolhê-lo integralmente.

Nestas condições e estribados nos arts. 25 e 35 da Constituição Estadual, nos manifestamos contrariamente ao Projeto de Lei número 95/76, por julgá-lo inconstitucional, opinando-se pela sua REJEIÇÃO. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente da Comissão

## COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 95/76

Embora seja alvo de nossos mais altos respeitos, o mérito configurado na propositura do autor, não temos outra alternativa senão opinar pela não aprovação do referido projeto de lei, visto envolver aumento da despesa pública.

Este é o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

LÚCIO MACHADO – Relator

## COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei número 95/76

O Projeto de Lei número 95/76, de autoria do nobre Deputado Maurício Fruet objetivando autorizar o Poder Executivo, a criação de um Ginásio Estadual na Colônia Marcelino, no município de São José dos Pinhais, em nosso entender é altamente meritório.

Muito embora, sem nos aprofundarmos nos motivos que levaram os membros das doudas Comissões de Justiça e Finanças deste Poder a manifestarem-se contrariamente à presente propositura, no âmbito da nossa Comissão de Instrução Pública, somos totalmente favoráveis à iniciativa, visto que, embora contrariando dispositivo constitucional, nela poderá estribar-se o chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná, para futuramente por iniciativa de quem de direito, determinar a criação de um complexo de ensino tão carente e necessário à população daquela localidade.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1977.

(aa) WERNER WANDERER – Presidente

GABRIEL SAMPAIO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei número 108/76, de autoria do Deputado Osvaldo Macedo, que dispensa a cobrança de acréscimo a qualquer título, sobre contas de fornecimento de água pela SANEPAR, quando não liquidadas no dia do vencimento e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., com Substitutivo Geral, por maioria e da C.F., pela aprovação na forma do Substitutivo Geral da CCJ., por unanimidade.

## PROJETO DE LEI NÚMERO 108/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – Não será cobrado qualquer acréscimo, a qualquer título, sobre as contas de fornecimento de água pela SANEPAR, não liquidadas no dia do vencimento.

Art. 2º – A interrupção do fornecimento de água em virtude de falta de pagamento só ocorrerá após aviso formal ao usuário.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1977.

(a) OSVALDO MACEDO

## JUSTIFICATIVA:

1 – Atualmente, as contas de fornecimento de água pela SANEPAR, não pagas no dia do vencimento, sofrem um ACRÉSCIMO DE 10 POR CENTO, sobre o seu valor total, conforme autorização expressa do art. 57 do Decreto 2972, de 22 de dezembro de 1972, publicado no D.O. número 206, de 28/12/1972, que regulamentou o funcionamento da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

Além desse acréscimo, estará o usuário impositivo sujeito à interrupção do abastecimento e, nesse caso, responderá pela taxa de religação.

2 – Ocorre que esse acréscimo, cobrado à partir do dia seguinte ao vencimento, é abusivo. Tratar-se-ia de mora no pagamento e os juros de mora, permitidos legalmente, são de

0,5 por cento ao mês e, quanto contratados, até um máximo de 1 por cento ao mês. Não é legal, portanto, uma cobrança de juros de 10 por cento por um dia, ou por um mês.

3 – Esta Assembléia tem inteira competência para legislar sobre a matéria, coibindo esse abuso, por força do que dispõe o art. 21, inciso IV, da Constituição do Estado.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 108/76

De autoria do nobre Deputado Osvaldo Macedo, o presente Projeto de Lei número 108/76, tem por objetivo dispensar a cobrança de acréscimo, a qualquer título, sobre as contas de fornecimento de água, pela SANEPAR, quando não liquidadas no dia do vencimento e outras providências.

Alega o autor da Proposição, que atualmente, as contas de água pela SANEPAR, não são pagas no dia do vencimento, sofrem um acréscimo de 10 por cento sobre o valor total. Esse acréscimo, é consequência do estipulado no Art. 57 do Decreto número 2972, de 22 de dezembro de 1972 (Regulamento de funcionamento da SANEPAR).

Segundo a justificativa que acompanha o projeto, esse acréscimo, que é cobrado à partir do primeiro dia após o vencimento da conta, se reveste de exorbitância, pois que o seu fundamento está alicerçado em mora e segundo a legislação vigente, tal juro de mora, somente é permitido até o máximo de um (1) por cento ao mês.

Constitucionalmente, a competência para legislar sobre a matéria é do Poder Legislativo, segundo o disposto no inciso IV do Art. 21 da Carta Magna do Estado.

Legalmente e constitucionalmente, a matéria tem condições de ser apreciada por esta Assembléia Legislativa.

Entretanto, face a uma melhor técnica legislativa e, para determinar um prazo, visando não favorecer aos maus pagadores, é que apresentamos o Substitutivo à matéria, no qual estabelecemos o juro de mora legal, para as contas não pagas até 10 dias após o vencimento.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei número 108/76, na forma da Emenda Substitutiva que apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente

GILBERTO CARVALHO – Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer e Emenda Substitutiva ao

Projeto de Lei número 108/76

Art. 1º – Fica vedada a cobrança de qualquer acréscimo pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR – nas contas de fornecimento de água, não liquidadas no dia do vencimento.

Parágrafo único – As contas de fornecimento de água não liquidadas até 10 (dez) dias após o vencimento, ficarão sujeitas ao juro de mora de um (1) por cento por mês ou fração.

Art. 2º – A interrupção do fornecimento de água, pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR – em virtude da falta de pagamento, ficará condicionada ao aviso formal a ser dado por notificação direta ao usuário.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente

GILBERTO CARVALHO – Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 108/76

O presente projeto de lei número 108/76, de autoria do nobre Deputado Osvaldo Macedo, tem por objetivo a dispensa

da cobrança de qualquer acréscimo sobre as contas de fornecimento de água pela SANEPAR, e dá outras providências.

Sobre a matéria houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, a qual em parecer legal ofereceu Substitutivo Geral ao Projeto.

No âmbito desta Comissão de Finanças, dentro de uma análise sobre o aspecto sócio-econômico que o assunto vincula, queremos nos manifestar favoravelmente à proposição, através da Emenda Substitutiva apresentada pela CCJ.

Mestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL ao Projeto de Lei número 108/76, opinando-se pela sua aprovação na forma do Substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1976.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente  
GABRIEL MANOEL – Relator

A Presidência colocará em votação o projeto, para depois colocar em votação o substitutivo, em segunda discussão. — Em discussão. Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Só para ratificar, porque o

Substitutivo Geral não foi aprovado, por unanimidade, na CCJ.. Conforme se lê no próprio Substitutivo Geral, pelo menos aqui, aparecem 2 votos vencidos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência acolhe a observação do eminente Deputado Deni Schwartz para informar que 3 Srs. Deputados, membros da Comissão de Constituição e Justiça, foram vencidos ao exarar seu voto. Todavia, mereceu parecer favorável da maioria dos Srs. Deputados membros da Comissão de Constituição e Justiça. Em discussão o projeto. — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sr. Presidente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, eu consulto que se votado o projeto, não fica prejudicado o substitutivo?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Regimentalmente, o substitutivo será objeto de deliberação do Plenário, em segunda discussão. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 31/77, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública a “Guarda-Mirim da cidade de Primeiro de Maio”, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 31/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a “Guarda-Mirim de Primeiro de Maio”, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

#### JUSTIFICATIVA:

A “Guarda-Mirim de Primeiro de Maio”, fundada em 07 de agosto de 1975, é uma associação com a finalidade de amparar crianças carentes de recursos financeiros, criando, implantando e promovendo programas de saúde, alimentação, educação, instrução e profissionalização desses menores, visando a integração social e o desenvolvimento físico e intelectual dos mesmos.

Seu estatuto estabelece no art. 11 que seus dirigentes não recebem qualquer tipo de remuneração.

Referidos estatutos se acham devidamente registrados e publicados no Diário Oficial, bem como a referida instituição se acha devidamente registrada na D.O.R. do Instituto de Assistência ao Menor.

Acha-se em pleno funcionamento e atende as exigências legais.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 31/77

De autoria do nobre Deputado Dácio Leonel, o presente projeto de lei número 31/77, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “Guarda-Mirim de Primeiro de Maio, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Analisando-se o projeto, a justificativa e a documentação que o acompanha, temos que o mesmo está revestido das condições legais exigidas pela legislação federal e estadual, reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente  
GILBERTO CARVALHO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Lourenço de Souza, ocorrido em Assis Chateaubriand. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso de fundação da cidade de Santo Antônio da Platina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Instituto de Previdência do Estado, encarecendo que sejam credenciados médicos e hospital em Toledo, para atendimento dos servidores estaduais ali lotados. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja enviado à COPEL, pedido de informações referente ao fornecimento de energia elétrica na zona rural. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando seja oficiado às Direções Nacional e Regional do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no sentido de que determinem, o uso permanente da balança localizada na BR-277, assim como, a efetiva fiscalização da observância do transporte de carga no que respeita a tonelage máxima permitida. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de que seja instalado um posto do referido órgão no Distrito de Ibema, município de Catanduvas. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Direção da Televisão Paraná — Canal 6, pela acertada decisão de programar filmes que não contenham cenas violentas, conforme telex enviado ao Ministro das Comunicações. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da jovem Maria Aparecida Rodrigues Dourado, ocorrido em Assis Chateaubriand. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Faris Antônio S. Michael, ocorrido em Ponta Grossa. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, bem como ao Sr. Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, encarecendo a extensão da rede de energia elétrica, e a implantação de escola para ensino de primeiro grau. — APROVADO.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de Vice-Líder do MDB em exercício da Liderança, constante do expediente, encaminhando a relação dos membros da Bancada, para comporem a Comissão Especial que analisará as proposições de Emendas à Constituição do Estado que tramitam na Casa. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à TELEPAR, reivindicando a instalação de um posto telefônico no distrito de Ibema, município de Catanduvas. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., encarecendo seja instalada uma agência ou sub-agência do referido estabelecimento de crédito no distrito de Cafezal, município de Iporã. — Em discussão.

O SR. ERNESTO GNOATO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Gnoato.

O SR. ERNESTO GNOATO (Para discutir). — Sr. Presidente, o eminente Deputado Ezequias Losso apresentou o requerimento e voto favoravelmente a ele. Mas somente quero deixar nos Anais desta Casa que foi promessa, em 1976, na época política. Eu voto favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência acolhe a declaração de voto do eminente Deputado Ernesto Gnoato.

Continua em discussão o requerimento do Sr. Deputado Ezequias Losso. — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADO.

Em votação o requerimento verbal apresentado da tribuna pelos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Waldenício Barbalho, em que solicitam a inclusão na ata dos nossos trabalhos, de um voto de profundo pesar pelo desaparecimento do político, jornalista e escritor Carlos Werneck de Lacerda. — Em votação. — APROVADO.

A Presidência em nome da Mesa se associa às manifestações de pesar que, da tribuna, na sessão de hoje, foram apresentadas pelos eminentes Deputados já citados e pelo Vice-Líder da Aliança Renovadora Nacional, Gilberto Carvalho. E registra a tristeza com que o mundo político vê desaparecer o homem que marcou com a sua presença a época mais presente nas discussões dos temas da Vida Nacional, no Congresso Nacional, Carlos Lacerda.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Presidente da República, Ministro da Justiça e Grupo de Trabalho, no sentido de que seja estudada a viabilidade da criação do Estado do Iguaçu, desmembrando do Estado do Paraná.

O presente requerimento foi recebido na sessão do dia 21 do corrente mês e a Presidência lamenta não haver podido estar, naquela oportunidade, presidindo os trabalhos porque, com todo o respeito que dedica ao eminente Deputado Ernesto Gnoato, possivelmente não haveria recebido este requerimento.

Comentário que a Presidência faz, externando um ponto de vista eminentemente pessoal.

Em discussão o requerimento do Deputado Ernesto Gnoato.

O SR. NILSO SGUAREZI (Para discutir). — Sr. Presidente, se V. Exa. entende que o requerimento, no seu aspecto formal ou mesmo constitucional, não teria procedimento, até fico satisfeito em que tenha este episódio se registrado porque, Sr. Presidente, V. Exa. é testemunha, como testemunha é o Deputado Deni Schwartz, de que o Estado do Iguaçu já me deu muita dor de cabeça. Em função desta idéia, tive sérios contratempos em minha vida profissional, logo que cheguei em Pato Branco.

Estudante em Curitiba, esta idéia já se desenvolvia nas regiões Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. E se desenvolvia lá, até com um sentimento histórico. O Rio Iguaçu, que nasce aqui nas cabeceiras da Serra do Mar, estende-se pelo planalto, atingindo o Rio Paraná, dividindo, em certo trecho, os Estados do Paraná e Santa Catarina, é um vale de terras férteis, terras homogêneas, em cujas margens está caracterizada a verdadeira riqueza do Paraná, que são seus pinheirais.

Este movimento surgiu pela disputa histórica entre o Brasil e a Argentina em que as terras eram litigadas em função dos limites não serem muito definidos.

E numa questão internacional entre Brasil e Argentina, foi pedido ao Presidente dos Estados Unidos, Grever Cleveland, que como árbitro solucionasse a questão e teve o Brasil ganho de causa e, em homenagem a esta decisão histórica temos, no Sudoeste do Paraná, um dos mais brilhantes municípios, que é Clevelândia, homenagem que os paranaenses prestaram ao grande Presidente americano, que soube, com justiça, determinar aquela porção de terras ao domínio brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, dizia eu que o movimento do Estado do Iguaçu tinha razões históricas para aprezer nas regiões do Sudoeste do Paraná e no Oeste catarinense. É que se alimentava este movimento, por um total esquecimento das regiões, face aos governos estaduais, lá não comparecerem com obras, lá não comparecerem com aqueles serviços que realmente interessam àquelas regiões.

Ainda há poucos anos o Oeste Catarinense e o Sudoeste do Paraná mais pareciam uma colônia gaúcha do que propriamente partes dos territórios de Santa Catarina e Paraná.

É tão histórica, que quando Getúlio Vargas assumiu o Poder, constituiu o Território do Iguaçu, Território Federal do Iguaçu, que foi desmembrado do Paraná, só voltando ao território paranaense na Constituinte de 46, cujo trabalho foi feito pelo Governador, grande paranaense, Bento Munhoz da Rocha Neto.

Mas, Sr. Presidente, este movimento que não surgiu nunca em nenhuma Assembléia Legislativa, mas que surgiu de residentes, de habitantes daquela região, também foi comentado nesta Assembléia, em outras ocasiões.

No dia 07 de março de 1968, nesta Assembléia, o Sr. Deputado Jacinto Simões, comentando o episódio, assim dizia, em certo trecho de seu pronunciamento:

“Como se sabe, a tese da formação de um novo Estado, com o desmembramento de área do Paraná e Santa Catarina, remonta às lutas do Contestado quando, inclusive, chegou-se a organizar uma junta governativa, provisória, da nova unidade que se denominaria: “ESTADO DAS MISSÕES”, e que tinha na liderança um idealista, o ex-Deputado estadual JOSÉ JÚLIO CLETO DA SILVA. Todavia, a principal razão de então, que era o litígio de limites e a inconformidade pela solução apresentada, não mais existe”.

Justificava ainda, Jacinto Simões, na época: “porque, durante 4 anos, o Governo prometeu, publicamente, em Pato Branco, a ampliação da pista do aeroporto local, a construção do prédio do Colégio Estadual e a concretização de serviços de abastecimento d'água à cidade. Nada foi feito e a palavra empenhada não foi cumprida. E, o que é o pior, a SANEPAR recebeu diversas quantias destinadas à construção do serviço de abastecimento d'água e as aplicou em outras regiões. O que a famigera-

da SANEPAR faz com eficiência, é a propaganda do governo, por meio de tabuletas, com o dinheiro dos municípios”.

“Afirmo e reafirmo, dizia Jacinto Simões, sou contra a formação do Estado do Iguaçu, ou de qualquer outro Estado do Paraná como ele é, sem usurpações e sem subtrações.

O desprezo do Governo pelo Oeste e Sudoeste não justificam a criação do Estado do Iguaçu, porquanto o Governador passa e o Paraná fica, um é transitório e falível e o outro é incólume”.

Sr. Presidente, encontrava-se, nessa época, em Pato Branco, recebi acusações e fui, nas páginas dos jornais de Curitiba, retratado de maneira não muito elogiável.

Pois um telegrama do delegado de Polícia da época, em Pato Branco, que tenha divergências pessoais comigo assim baseava a notícia estampada no “Diário do Paraná”, de março de 1968, “A polícia está acompanhando atentamente o movimento separatista do Sudoeste paranaense para identificar seus líderes e ver até onde eles pretendem ir”.

“Esta declaração foi formulada pelo diretor da Polícia Civil, Sr. Valfrido Piloto, ao conformar a eclosão da campanha tendente a criar o Estado do Iguaçu, englobando territórios do Paraná e de Santa Catarina.

Informou o titular da Polícia Civil que o delegado de Ordem Política e Social, Ozias Algauer, já se encontra na região fazendo um trabalho de observação pessoal sobre a anunciada concentração de prefeitos, vereadores e políticos regionais na cidade de Cascavel, dia 8 próximo.

A propósito, a diretoria da Polícia Civil recebeu radiograma do delegado de Pato Branco, major Dirceu Mendes, nos seguintes termos: “Comunico, para os devidos fins, que está se desencadeando grande movimento em todo o Sudoeste, para criação do Estado do Iguaçu, liderado nesta cidade pelos Sr. Sílvio Biasuz (Presidente da Câmara Municipal), Nilso Sguarezi (elemento fichado no DOPS) e muitos outros, inclusive com alto-falantes percorrendo as ruas da cidade a fim de inflamar ou incentivar a população para tal fim.

Tenho também informações de que haverá, dia 8 próximo, grande concentração em Pato Branco, de todos os prefeitos do Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste catarinense. Aguardo urgentes instruções”.

Sr. Presidente, não foi apenas esse telegrama - e uma versão não muito lisonjeira para nós - da imprensa do Paraná, mas, foi uma verdadeira coação que sentimos por parte da Polícia de então que não conseguia o significado daquele movimento.

O jornal “O Diário do Paraná”, mesmo depois do dia 8, e quero ler aos Srs.: “Movimento pró Estado do Iguaçu adiado “sine die”.) movimento da população de 96 municípios do Sudoeste do Estado que iria fazer no início da próxima semana em prol da criação do Estado do Iguaçu foi adiado temporariamente em virtude da coação por parte da polícia.

Informou ontem ao Diário do Paraná o Sr. Vítor S. Dias.

Estava programado para a próxima semana o envio de centenas de veículos da região à Capital do Paraná, trazendo faixas reivindicando a criação do novo Estado.

Hoje, à uma hora, em Pato Branco, o delegado do DOPS estará reunido com os representantes do movimento.

Os separatistas afirmam que a sua reivindicação é pacífica e constitucional.

A Comissão coordenadora do movimento lançou ontem em todos os municípios da região, a seguinte resolução:

A Comissão Coordenadora do Movimento pró criação do Estado do Iguaçu, em face da incompreensão que lavra nos setores policiais do Estado e do próprio Governo e procurando mais prazo para difundir a idéia, a fim de que não existam interpretações errôneas de que:

1. O movimento não é contra ninguém, mas a favor de uma idéia;

2. é constitucional;
3. não é subversivo;
4. é apolítico;
5. é democrático;
6. não está afeto a interesses pessoais;
7. está estribado no sentido patriótico da necessidade urgente e inadiável da redivisão do Brasil;
8. é progressista;
9. é composto por homens de profissões definidas;
10. é composto por homens que acima de seus amores ao Estado de origem ou em que residem, sentem orgulho de ser brasileiros e patriotas tanto é que ninguém tem preferências onde ficará a Capital.

Estes, Srs., eram alguns dos enunciados que orientavam e que norteavam o movimento do Estado do Iguaçu na época em que esta idéia inflamou mais os residentes do Oeste do Paraná e do Sudoeste de Santa Catarina.

Mas estas medidas, repercutiram na Assembléia Legislativa a tal ponto que o próprio Sr. Presidente, Deputado na época, afirmou e foi reproduzido nesta própria reportagem. Diz o jornal:

“Antes de ser anunciada a suspensão do encontro regional de amanhã em Pato Branco, o Deputado Ivo Thomazoni afirmou no Plenário que “não poderá o Governo do Estado impedir, constitucionalmente, o movimento, que tem apoio até da Associação Comercial de Pato Branco.

Estarei lá pessoalmente para informar meus pares sobre a realidade”.

O Sr. Miguel Dinizo fez declarações de que “o Governo compreendeu o alcance do movimento e, de pronto reuniu Prefeitos e autoridades dos diversos municípios do Sudoeste para um diálogo.

Sentimos que o problema deve ser resolvido politicamente e não policialmente, levando àquela próspera região o atendimento de suas reivindicações, porque ela é Paraná e continuará Paraná, “disse elogiando as medidas do Sr. Paulo Pimentel. O Deputado Arnaldo Busato negou a ocorrência de arbitrariedades da Polícia e disse que “já agitadores naquele movimento”, anunciando que hoje falará “contando toda a verdade sobre a pretendida criação do Estado do Iguaçu”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelo que me consta, o atual Secretário do Bem Estar Social deste Estado, na época Deputado, não contou a verdadeira história do Estado de Iguaçu.

Porque o Sr. Ozias Algauer, titular da DOPS, ao chegar em Pato Branco e ao verificar que um congresso marcado naquela cidade, já estava, inclusive, autorizado pela Delegacia de Polícia de Pato Branco, pois sempre tivemos a preocupação de fazer aquele movimento dentro e estribado na mais irrestrita legalidade porque a própria Constituição permitia que se fizessem movimentos como vêm ocorrendo em Mato Grosso, aliás uma justa reivindicação daquela região e como ocorreu no Triângulo Mineiro e em outras ocasiões no próprio Norte do Paraná quando se pretendia a formação do Estado do Parapanema.

Por isto, Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para fazer o registro nesta Assembléia em nome de pessoas idealistas da região do Sudoeste, que é verdade, tiveram em muitas ocasiões e em muitos momentos, o temor de sofrerem perseguições policiais porque a polícia de então, nos via como agitadores e como subversivos.

Em nome de um Alberto Cattani, em nome de um Celso Hilgert, Alcides Pereira, Miroslau Saiss, em nome de um Francisco Libardino, hoje Deputado federal por Santa Catarina, de nomes que nada mais reivindicavam do que as vistas dos Governos do Paraná e Santa Catarina para que olhassem aquela região, para que integrassem aquela região, porque historicamente Iguaçu se refere às margens daquele rio, Sr. Presidente.

E, para que o registro seja feito, não em meu nome porque de nada adiantou me retratarem como fichado no DOPS, de nada adiantou uma mesquinhez do Delegado titular da DOPS deste Estado, cuja inimizade pessoal vai desde o tempo do movimento estudantil libertário que havia no Paraná, nesta Capital, em que eu como Presidente do Centro Acadêmico Hogo Simas, participava de passeatas nesta cidade e desde então, o titular da DOPS desencadeou, pessoalmente, contra minha pessoa, uma campanha, mas, para que fique o registro daquelas pessoas que nada tinham a ver, que não tinham inimizade com o Delegado da DOPS; para que fique o registro, nesta Assembléia, de que aquele movimento era sadio, era legal, não era subversivo, Sr. Presidente, deixo aqui transcritas estas palavras, palavras que retratam a História do Sudoeste e da brava gente que lá reside.

Hoje porém não subsistem mais razões para que isto ocorra.

Hoje, Sr. Presidente, a minha região, o Sudoeste do Estado do Paraná e o Oeste de Santa Catarina, acredito, estejam perfeitamente integrados. A Secretaria do Oeste, no Estado de Santa Catarina, foi em favor exatamente da eclosão deste movimento, e o Governo de Santa Catarina, entendendo, deslocou para Chapecó uma Secretaria de Estado, que passou mais de perto a dar o atendimento, ao Oeste Catarinense.

O Paraná hoje, se encontra, graças ao fruto do trabalho dos seus filhos e graças também aos próprios Governos do Paraná — e reconheço isto, como homem da oposição porque acredito que a verdade sempre deva ser dita — graças ao trabalho dos homens que estão na região do Sudoeste, graças à sua perseverança, eis que os Governos se passaram, mas o espírito de luta para reivindicar os seus direitos, continuou até a integração de hoje.

E quando fazíamos aquele movimento, tínhamos, para dar cobertura às nossas idéias, uma rádio do Rio Grande do Sul, a Rádio Guaíba, e, era freqüente então, na nossa região, tal era a desintegração com o resto do Paraná, convidarmos clubes gaúchos para lá participarem de pelepas, realizadas até entre Grêmio e Internacional, e hoje, na própria cidade de Laranjeiras do Sul, há questão de dois domingos atrás, houve o clássico Atle-Tiba, demonstração inequívoca de que aquela região se encontra integrada com o Paraná.

Portanto a mim parece que a razão ainda assiste ao cronista Luiz Geraldo Mazza que, num editorial de um jornal da Capital, disse numa crônica — que eu não chego a ir a tanto mas, quero reproduzir um trecho da mesma: da extrema necessidade de vaiar.

“A palavra de um representante do povo deve ser respeitada, pela delegação de que está investido e, a ressonância normal dos seus pronunciamentos, minimizá-la ou submetê-la à censura ou mesmo ao desprezo, não é o caminho correto.

Terá porém, este, ou qualquer outro parlamentar, para defender semelhante estultícia, alguma base de argumentação histórica, política, geográfica, econômica ou sociológica?

É inconcebível tanto masoquismo e impulso autodestrutivo”.

Sr. Presidente. vejo simplesmente, no requerimento proposto, uma verdadeira estultícia.

Sr. Presidente, não há vínculo algum com a região Norte do Paraná para formação de um possível Estado, principalmente com o nome de Estado do Iguaçu.

E vejamos mais, Sr. Presidente, não é u'a maneira idealista de se pretender uma idéia construtiva, mas sim, um interesse egoístico de, imediato, antes da criação de um Estado, designar a sua Capital.

Portanto, não posso concordar com este requerimento porque ele — eu sei que o Estado do Iguaçu é uma aspiração que até hoje subsiste mas, que não tem mais procedimento — porque ele não tem vínculo algum, com o Sudoeste, não tem

justificativa e base histórica, e acredito mesmo que, o requerimento, se o eminente apresentador não o tivesse feito, teria contribuído muito mais se a que se deseja chegar, em termos de futuro, a uma possível redivisão territorial do Paraná.

Concordo, Sr. Presidente, de que a Mesa estaria impedida de receber este requerimento porque ele ataca a própria Constituição do Estado do Paraná, ou seja, a tentativa de redividir este Estado e, isto, fere, frontalmente, o compromisso assumido pelo próprio Parlamentar. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Continua em discussão o requerimento do Deputado Ernesto Gnoato.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Não era meu desejo,

Sr. Presidente e Srs. Deputados, pronunciar-me nesta tarde a respeito da discussão do requerimento em tela.

Entretanto, como aqui se falou na região de colonização mais recente do Estado do Paraná, que é o Sudoeste e, talvez, por ser a região cuja conquista se deu através da luta e do derramamento de sangue, seja a região mais paranista no bom sentido, do Estado do Paraná, porque no Sudoeste do Estado onde se constrói, hoje, a história e, não no passado, porque na nossa região nós podemos repetir a frase de Scott Fitzgerald, quando diz que “esta é uma geração feliz porque não encontrou uma história amaldiçoada; nem todas as guerras e nem todas as batalhas ganhas”.

No Sudoeste, cuja colonização efetiva se iniciou há pouco mais de 30 anos, estão catarinenses que deixaram as terras adoráveis de Santa Catarina; gaúchos, que deixaram, muitas vezes, nos prados amados do Rio Grande do Sul, enterrados seus ancestrais, construiu junto com os brasileiros que subiram do sul ou que desceram do norte, um Estado que representa a singularidade do Brasil.

Não temos na região Sudoeste do Estado do Paraná, nenhum desejo de nos apartarmos dos nossos irmãos do Centro-Oeste, do Norte, do Litoral ou do Centro do Paraná.

Todos nós sabemos que os movimentos passados são legítimos, na medida em que representam a alternativa de lutar por mais benefícios às regiões que representamos.

No passado, o movimento de criação do Território do Iguaçu foi legítima aspiração daquela gente, enquanto serviu para chamar a atenção das autoridades constituídas para os problemas sérios, alguns dos quais ainda persistem na nossa região, em função de sua juventude, da falta de infra-estrutura das suas cidades e das grandes vias de escoamento da produção do Sudoeste e da integração daquela progressista região composta por 27 municípios, no progresso e no desenvolvimento do Estado do Paraná.

Se foi legítima a aspiração daqueles que estiveram ao lado do movimento separatista do Território do Iguaçu, também foi legítima a aspiração e o trabalho daqueles que lutaram para que o Governo levasse os benefícios à região do Sudoeste do Estado do Paraná e, é por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que quero apor reparo às palavras do eminente Deputado Nilso Sguarezi, que citou, nominalmente, o Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, Arnaldo Busato, que foi Deputado Estadual pelo Sudoeste, como se fosse dele uma frase definindo como subversivos os elementos que integravam aquele movimento.

Na verdade, a citação do jornal “Diário do Paraná”, do ano de 1968, começa por alguns equívocos quando afirma que seriam 96 municípios do Sudoeste do Paraná que pleiteavam a sua emancipação.

Todos nós sabemos que à época, o Sudoeste não possuía sequer os 25 municípios que compõem a micro-região de hoje. Eu não acredito que o Secretário de Saúde, que o Deputado Estadual, do Sudoeste, mais votado até hoje naquela região, possa ter afirmado que a aspiração legítima na medida em que



buscava a atenção dos poderes constituídos para o Sudoeste, pudessem definir homens da maior envergadura moral, alguns dos quais citados pelo eminente Deputado Nilso Sguarezi, que o Secretário Arnaldo Busato vos definisse como subversivo.

Na verdade, aqueles dois caminhos a seguir, o caminho de lutar através de uma pretensa separação, para a atenção do Governo do Estado para com aquela região, o outro caminho, era criticar, era solicitar desta tribuna, era fazer, como diria o eminente orador sacro, Vieira, pedir, não como quem pede de joelhos implorando, mas, pedir como quem pede de pé, porque pede justiça.

Isso, o Secretário Arnaldo Busato, fez durante o tempo em que teve a responsabilidade de representar nesta Casa, com altivez, com decência, com honestidade, em todos os momentos da sua vida pública, na sua região, o Sudoeste do Estado do Paraná.

Acredito, que naqueles idos de 1968, quando se propagava uma idéia que não passou de idéia, duas correntes legitimamente aspiravam um mesmo objetivo.

A corrente que pleiteava a criação do Território do Iguaçu e outras correntes, que se notabilizaram, daquela região, pelas inúmeras obras que lá foram levadas.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Paraná que na opinião do Professor Bento Munhoz da Rocha, é o retrato é o quadro-síntese da Federação.

Não pode, no momento em que todas as forças do Norte, do Sul, do Centro do Leste, estão integradas no caminho do desenvolvimento e do bem estar, pleitear a desanexação de uma parte de seu território.

Voto contrariamente ao requerimento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Continua em discussão o requerimento do Sr. Deputado Ernesto Gnoato.

Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna para solidarizar-me com o Sr. Presidente, que já manifestou a sua opinião pessoal, com o Deputado Nilso Sguarezi e com o Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

Queremos deixar bem claro ao Paraná e acredito que a unanimidade dos Deputados daquela região, o fazem nesta Assembléia, que o Sudoeste não passou procuração a ninguém, para fazer molecagem e para usar o seu nome.

Queremos deixar aos demais...

O SR. ERNESTO GNOATO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, acredito que um Deputado não é moleque.

E o orador que use expressões que ele deve usar para com esse Deputado.

Ele é acostumado a usar essas expressões. Nós não estamos aqui como crianças.

Estamos ouvindo-o aqui sentados, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência anota a questão de ordem do Deputado Ernesto Gnoato, que acabou de proferir.

Todavia quer me parecer que o eminente Deputado Deni Schwartz, não fez referência pessoal a qualquer dos Deputados aqui presentes ou desta Legislatura ou de outras.

Tão somente em sentido figurativo.

Quis expressar o seu ponto de vista sem individualizar.

Se assim for, eu solicitaria e tenho certeza que o Sr. Deputado Deni Schwartz, não há necessidade de adverti-lo de que a boa ética parlamentar realmente não comporta que se assague contra qualquer dos Srs. Deputados, qualquer expressão que possa ser ofensiva à dignidade parlamentar.

O SR. DENI SCHWARTZ — Srs. Deputados, creio que devemos nesta oportunidade, também esclarecer alguns pontos em relação à civilização do Sudoeste do Paraná.

Aquela região, que foi colonizada pelos Farropilhas do Rio Grande, que já algumas décadas levantaram suas vozes contra o próprio país que com aquela sua atitude levaram à perfeita integração desta Pátria.

Aqueles homens do Sudoeste que em 1957 se constituíram também num Governo independente para conseguirem ser reconhecidos, pois lá, morriam pessoas pelos desmandos do Governo de então.

Que antes de 1968, já aqui citado pelo Deputado Nilso Sguarezi, pelo Deputado Luiz Alberto, já em 1961 se reuniram para conseguir obras visto não ser mais possível que cidades como Pato Branco, que tenham como Prefeito o atual Presidente dessa Assembléia, se visse às escuras; cidades que sequer energia elétrica possuíam, isto há apenas 16 anos atrás.

Levantou-se em 1961, um movimento graças ao qual me vinculei àquela região, pois foi graças a ele que as autoridades tiveram seus olhos voltados para o Sudoeste.

Autoridades do Estado e da União.

Tanto assim, que em 1962, o Presidente da República João Goulart, ia a Pato Branco, para criar um grupo especial de trabalho, destinado a resolver um problema que se arrastava há anos e anos: o problema das terras.

E teve como anfitrião o Presidente desta Assembléia que era então Prefeito de Pato Branco.

Uniram-se as forças do então Governador Ney Braga, com as forças do Sr. Presidente da República e foi naquela oportunidade que se criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná.

Novamente, em 68, ressurgiu o movimento. E foi graças a esses movimentos, Srs. Deputados, que hoje o Sudoeste vive em paz.

O Sudoeste — e é muito importante que este Deputado que voz fala reconheça, desta tribuna, — tem recebido obras que tem reivindicado.

Quero esclarecer que não vai nisto caráter algum de bajulação e sim até num auto reconhecimento, pois a presença da Oposição no Sudoeste, juntamente com homens da Situação, tem feito com que aquela região seja reconhecida em seu valor.

Temos, Sr. Presidente, adversários que somos, temos orgulho de tê-lo na Presidência desta Casa; temos, Sr. Presidente, orgulho de termos um político daquela região na Secretaria da Saúde.

E esta Casa não desconhece que sou homem de oposição e que tenho feito oposição.

Temos orgulho, Sr. Presidente, de ser do Sudoeste o Presidente do Movimento Democrático Brasileiro; temos orgulho dos Deputados Luiz Alberto de Oliveira e Nilso Sguarezi que compõem esta Casa, demonstrando que conseguimos fazer com que aquela região tivesse reconhecidos seus valores.

Temos, no Congresso Nacional, o Deputado Sebastião Rodrigues, saído também daquela região, que está lá a enobrecer a bancada de meu Partido no Congresso Nacional.

Porisso, Sr. Presidente, neste momento em que um dos Deputados que sempre fez oposição nesta Casa, apresenta sua solidariedade ao Governador Jayme Canet Júnior, a quem se tenha talvez pretendido atingir, queremos dizer que não passamos procuração a ninguém para usar um nome que está ligado ao Sudoeste e que teve seus méritos, que foi o movimento do Estado do Iguaçu.

O Sudoeste é hoje, mais do que qualquer parte deste Estado, uma região paranaense — (Com revisão do orador).  
O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Em discussão.  
O SR. IVO THOMAZONI (Para discutir) — Sr. Presidente, inicialmente desejava me desculpar com o eminente Deputado Ernesto Gnoato por haver, quem sabe, anti-regimentalmente, emitido uma opinião pessoal, quando na presidência dos trabalhos. Mas, se o fiz, foi levando em consideração o que consta no art. 10, do Regimento Interno, sobre os compromissos

que nós, Deputados Estaduais, assumimos ao nos empossarmos neste cargo eletivo, de representatividade do povo paranaense.

Verificamos que, ao final do compromisso, consta "promover o bem do Paraná".

Quer me parecer que a tentativa de dividir o território deste Estado, promove, não o bem do Paraná, mas o seu enfraquecimento econômico e tira-lhe a condição, hoje, de Estado que emerge dentre os de economia mais sólida e de maior produção.

E, se venho à tribuna, Sr. Presidente, é porque, no início do Governo do eminente paranaense Ney Amintas de Barros Braga, figurei dentre o corpo de homens que defendia a idéia da criação do Estado do Iguaçu.

Mas, Sr. Presidente, para entender-se aquela reivindicação posta de forma contestatória às autoridades constituídas da época, necessário se faz que nos transportemos aos idos do início da década de 60, para dizermos aqui que, mau grado o trabalho, a luta e o interesse permanente dos homens que representavam aquela região, nesta Casa de Leis, e cito aqui os eminentes Deputados Antônio Anibelli e Cândido de Oliveira, malgrado a explosão demográfica — uma das maiores já registradas em terras brasileiras — que se verificava, então, no Sudoeste do Paraná, vivíamos numa região em que não dispunha, a família brasileira ali radicada, do mínimo indispensável para se considerar "gente".

Primeiro, não tínhamos vias de acesso que permitissem, não o escoamento da produção, mas sequer o tráfego de uma viatura que pudesse fazer o transporte coletivo.

Assistíamos com tristeza, todos nós, homens do PSD, PTB, UDN, PRP, PSP e todas as siglas existentes, a extensão das filas de caminhões, qual paus-de-arara onde famílias inteiras que se escoravam entre os móveis usados e utensílios agrícolas que os caminhões carregavam, num equilíbrio sempre temeroso, ao longo dos caminhos de penetração.

Assistíamos cidades querendo florescer e que não dispunham nem da força gerada pelas hidrelétricas, tão sonhadas, e nem da luz que possibilitasse a um hospital o atendimento de um doente, numa emergência.

Como não dispúnhamos, sequer, de uma lâmpada que iluminasse uma sala de aula, dos ginásios noturnos que, na época, eram a grande novidade, quando muitos poucos começavam a se instalar na gestão de Ney Braga, naquela região.

Vivíamos entristecidos, quando líamos que os jornais publicavam o término de uma grande estrada de integração que ligava Curitiba a Londrina, ao Norte do Estado, e outras se projetavam em regiões distantes do Sudoeste.

E nós continuávamos ouvindo a Rádio Guaíba e a Farroupilha, de Porto Alegre, a Rádio Record, de São Paulo, e a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, porque, nem sequer, tínhamos uma emissora de Curitiba com alcance para o Sudoeste que pudesse nos informar como iam as coisas do governo, nesta Estado.

Não tínhamos tranqüilidade, porque a insegurança era total.

E chorávamos, todos, no desejo de, um dia, assistir o Sudoeste integrado ao desenvolvimento do Estado.

Achávamos, todos nós, homens de todos os partidos, que se esgotavam, se exauriam, as forças reivindicatórias, aquelas feitas no caminho tradicional: do vereador ao prefeito, do prefeito ao deputado, do deputado ao governador, e que alguma coisa de mais sério deveria surgir para despertar a atenção do Governo da República e do Estado para com a nossa empobrecida e sofrida região do Sudoeste,

E confesso, o primeiro movimento nascido em 1961, no começo da administração Ney Braga, sacudiu porque despertou a consciência dos governantes e eu me permitia dizer hoje até como conquista do movimento que visava a criação do Estado do Iguaçu, a construção da usina pioneira da Companhia

Paranaense de Energia Elétrica, COPEL. A primeira usina construída no Paraná pela COPEL, foi a Usina do Salto Grando do Chopim, duas pequenas turbinas que possibilitaram, já no início de 1964, portanto, não mais de 13 anos passados, a energia elétrica a Pato Branco, e dali para Mariópolis, para Vitorino, para Renascença, para Marmeleiro, interligando o sistema de Francisco Beltrão, para Itapejara do Oeste, Verê, Dois Vizinhos.

E a atenção do Governo veio.

Atendimento na construção de estradas.

Hoje podemos dizer que contamos com um sem número de frentes de trabalho no setor rodoviário.

Temos, hoje, perfeitas e excelentes condições de tráfego, de comunicações com Curitiba e com o Brasil.

Pato Branco terá, no próximo dia 9, a inauguração do seu sistema de discagem direta à distância internacional.

E foi uma das primeiras cidades a contar com o sistema de telecomunicações em DDD.

Temos, nas nossas estradas, boas condições de escoamento, porque são estradas asfaltadas.

As nossas emissoras com o alcance aumentado.

A nossa segurança hoje melhor aparelhada, não só de viaturas mas também de rádios comunicadores.

Temos o ensino florescendo nos três graus: primeiro, segundo e terceiro.

Temos, enfim, hoje a respeitabilidade de uma coletividade que tanto tem participado e participando do Governo do Estado, está recebendo a contra partida das administrações estaduais e federal.

Lembro-me que o Movimento Estado do Iguaçu, levou como disse o eminente Deputado Deni Schwartz, o grupo Executivo para as terras do Sudoeste num trabalho conjunto do Governo do Estado e do Governo da República.

É a posse da terra que era e que foi, durante tantos anos, consequência da desagregação de uma sociedade, da violência, pode ser objeto de um dos maiores e maravilhosos trabalhos que um Governo pode executar naquela região.

E rendo aqui homenagens a um dos homens que mais trabalhou neste sentido, o eminente Deputado Deni Schwartz, que na chefia do escritório do Getsop, desenvolveu um trabalho digno dos maiores elogios, porque digno é S. Exa. o Sr. Deputado Deni Lineu Schwartz.

Não me pejo aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em afirmar que a luta em 1961 tinha as suas razões de ser, mas este movimento renasceu em 1968, quando já aqui, como representante do Estado e na defesa dos interesses do Estado do Paraná, eu já me opunha ao segundo movimento. Por que?

Porque lá já havia chegado a energia elétrica, porque lá já estava chegando o asfalto, porque lá já se implantava a ordem e a tranqüilidade, com a situação definida em favor de quem ocupava as suas porções de terra, porque lá já falávamos com autoridade de quem, participando, recebe a contrapartida, e, porque sentimos que o sudoeste do Paraná, terra de todas as gentes deste Brasil mais majoritariamente de gaúchos e catarinenses, sentimos no coração de cada um já vibrando, o sentido paranista que hoje alimenta aquela coletividade que continua se constituindo na mais operosa de todas as coletividades que regionalmente se instalaram.

É por isto, Sr. Presidente, por conhecermos Campo Mourão — cidade florescente, rica, próspera, maravilhosa — e por conhecermos o que o Estado e a União levaram para juntar-se ao esforço local e fazer daquela região o que é hoje, porque conhecemos Londrina, Maringá, Umuarama, Iporã, porque conhecemos a pujança econômica e também por sabermos a presença governamental naquela região, é que nós discordamos de que nesta época se fale em dividir este Estado, Estado que todos nós desejamos ver integrado com as suas fronteiras intocáveis, que a discussão das nossas fronteiras com S. Paulo,

na Serra Negra, possa ter no árbitro General Ernesto Geisel, o homem justo que haverá de não nos tirar sequer 1 metro quadrado do nosso território, quanto mais a dividirmos, o nosso território, para o nosso enfreqüecimento e quem sabe até, para o deleite de outros Estados da Federação que estão ficando num segundo plano em relação ao Paraná.

Porque se a Rádio Guaíba nos deu, em 1968, ou deu àqueles que quiseram reacender o movimento do Estado do Iguaçu todo o incentivo e até o apoio, foi porque aquele Estado, inteligentemente já verificara que, mantida a integridade do Paraná, poucos anos haveriam de se passar, em que o Paraná haveria de demonstrar que se colocaria em segundo, ou terceiro lugar, na economia, na população e na expressão política, representada pelo número dos seus eleitores.

Por estas razões que alinhei dentre outras que aqui não revelo, votarei contra o requerimento do Deputado Ernesto Gnoato.

Votarei contra, respeitando a sua iniciativa, porque é, ele, o Deputado que aqui representa uma região e que, se frutificasse a sua idéia, é bem possível que a sua região melhor fosse assistida não que admitamos nem de leve, que ela não esteja sendo merecedora da atenção dos Governos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Continua em discussão o requerimento.

Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, para encaminhar...

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Bem fundamentadas as discussões que pudemos ouvir até agora, pelos eminentes representantes do Sudoeste, contra o requerimento apresentado.

Com todo respeito que tenho pelo eminente Deputado que apresentou o requerimento, dispensando qualquer comentário quanto às justificativas porque já foram feitas e, muito bem, pelos eminentes Deputados Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Luiz Alberto Oliveira e o eminente Sr. Presidente Ivo Thomazoni, de que o Paraná, hoje, está integrado, está sendo bem assistido em todos os seus municípios.

Dizia eu, há dois anos atrás, numa reunião que participava no Estado de São Paulo, de que o Brasil marcou encontro no Paraná, porque aqui vieram brasileiros de todos os Estados e todos aqui estavam unidos num trabalho comum no engrandecimento deste grande Estado do Paraná e, por este motivo nós também votaremos contra este requerimento que não justifica, no momento, não justifica o que já justificou em algumas épocas.

Mas, que, hoje, não mais tem procedência dada a condição em que se encontra o nosso Estado do Paraná bem assistido.

Pudemos verificar, agora, na divisão do Estado do Mato Grosso um comentário de que o Norte ficou, com o mato e, Campo Grande ficou com o grosso.

Aí está demonstrada a dificuldade que vive aquele Estado, dada a sua extensão territorial e que se tornava necessária uma divisão para melhor atendimento ao norte do Mato Grosso.

Mas, o nosso Paraná que hoje se destaca entre os demais Estados da Federação, não justifica e, por este motivo, tenho certeza que todos nós votaremos contra este requerimento.

Era só, Sr. Presidente. (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão.— Rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 25, à hora regimental com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Número 87/76.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei Números 95/76, 108/76 e 31/77.

Levanta-se a sessão.

### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 307/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 2357, de 31 de março de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

dispensar a pedido JOSÉ OSWALDO DE ALMEIDA GARCIA REDONDO, matr. 265, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL "27", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções de Chefe da Divisão de Divulgação Legislativa, do Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 10 de maio de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 308/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2357, de 31 de março de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para os cargos abaixo especificados, no Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas, percebendo as vantagens inerentes.

#### ASSESSORES DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Álvaro Sérgio Maravalhas

João Farias

#### DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO

Enio Santangelo Malheiros

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 10 de maio de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 309/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 3209, de 18 de abril de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar o funcionário UMBERTO MORO REDESCHI, matr. 473, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Compras, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 10 de maio de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 310/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3209, de 18 de abril de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

- 1- dispensar a pedido JONAS ZAMPIER, matr. 339, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções de Chefe da Seção de Transportes, do Departamento Administrativo; e,
- 2- designar o referido funcionário para exercer as funções de Chefe da Divisão de Documentação, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 10 de maio de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 311/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 3209, de 18 de abril de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

- designar o funcionário JOEL DA SILVA NATAL, matr. 341, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções da Seção de Transportes, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 10 de maio de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 312/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 3209, de 18 de abril de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

1. dispensar a pedido REGINALDO XAVIER BITTENCOURT, matr. 322, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções de Chefe da Divisão de Documentação, do Departamento Administrativo; e,
2. designar o referido funcionário, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Patrimônio, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 10 de maio de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente.

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 313/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 3066, de 14 de abril de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

- designar o funcionário JOSÉ ESTEFANO BRITO WITOSLAWSKI, matr. 518, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Cadastro Patrimonial e Tombamento, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 11 de abril de 1977.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 10 de maio de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário